



Assembleia Municipal

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2006
(CONTINUAÇÃO - 27 DE NOVEMBRO DE 2006)
Acta n.º 10**

Ao vigésimo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, no Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de oito de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 06/09/2006; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão do Orçamento de 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2006 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do reconhecimento de interesse público para o concelho de Albufeira da construção da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Escola Secundária de Vale Pedras - processo referente à desafectação de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN); -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de interesse público municipal do Sistema de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação da declaração de utilidade pública para o concelho, da actividade de fabrico de bolos e doces regionais em Ataboeira - Guia; ----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação da declaração de utilidade pública para o concelho, da instalação de equipamento infantil, Creche e ATL, em Vale Carro - Olhos d'Água; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação da declaração de utilidade pública para o concelho, da instalação de equipamento infantil, Creche, Jardim de Infância e ATL, em Sesmarias - Albufeira; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de organização dos Serviços Municipais, ao Organograma e ao Quadro de Pessoal do município de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Tomada de posição da Assembleia Municipal sobre o PROTAL. -----

PRESENÇAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, e de não permanência, Fernando Anastácio e Mário Alves. -----

FALTAS: Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Francelina Lourenço, Rui Bernardo e Sílvia Rosa (membro suplente), foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os membros, Euridice Eugénia Mendes Vieira e José Manuel Guerreiro Vila Nova. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Luis Alexandre - Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, boa noite a todos. Hoje estou aqui na qualidade de Presidente da ACOSAL. Nova associação de comerciantes criada em Albufeira há bem pouco tempo, com certeza que já ouviram falar. Estou aqui para falar de uma campanha que vamos lançar conjuntamente com o jornal "A Avezinha", que muito nos honra e que se vai chamar "Operação de Natal, vamos encher o cabaz". Esta operação tem intenção de recolher alimentos, roupas e brinquedos, para

distribuir pelos mais pobres do concelho, que será feito através da Sta. Casa da Misericórdia e também pela Associação Humanitária Solidariedade Albufeira. Tudo aquilo que for recolhido será entregue a estas duas entidades, que melhor reconhecem o terreno, melhor reconhecem as necessidades do concelho e poderão fazer o trabalho muito melhor do que nós. Nós apenas temos a intenção de lançar a campanha, que possa despertar o que de melhor há nas pessoas no sentido de ajudar aquelas franjas da população que têm algumas necessidades. A nossa campanha vai ter sede na Av. Da Liberdade, que já começou a ser decorada para o evento. Esta campanha será lançada na próxima quarta-feira, dia vinte e dois, com uma conferência de imprensa, será presidida pela comissão de honra, que muito nos agrada, composta pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, pela Provedora da Sta. Casa da Misericórdia, pelo Presidente da Associação Humanitária Solidariedade Albufeira, pelo Director do jornal "A Avezinha", por mim próprio e pelo Vice-Presidente da ACOSAL. Esta campanha que vai desde o dia vinte e dois de Novembro, decorre até vinte de Dezembro. Estamos a tentar mobilizar toda a sociedade civil, vamos dirigir-nos às empresas, já nos dirigimos às escolas e vamos tentar mobilizar o máximo de pessoas no sentido de conseguirmos um grande sucesso para esta campanha. O que me trás aqui é tão simplesmente endereçar uma mensagem a todos os deputados municipais, gostaria que todos vocês se sentissem também embaixadores desta campanha. Nunca somos demais e com a vossa influência, com o vosso peso e com o vosso nível de conhecimentos no seio da população, esperamos e contamos com vocês no sentido de divulgarem esta campanha que tem como título também a frase "Bem Me Quer" com logótipo um malmequer. Vocês hão-de se cruzar nos próximos dias com autocolantes e com cartazes que vão mostrar esta campanha. O jornal "A Avezinha" também vai ter uma página semanal destinada à participação das pessoas, qualquer um de vós pode ter o privilégio de dirigir uma mensagem de apoio, critica ou incentivo, o que bem entenderem. Esta campanha também tem o apoio da rádio "Kiss" que vai fazer transmissões diárias de incentivo à população. Também o apoio do jornal "Noticias de Albufeira". Portanto, toda a imprensa local está em peso com esta iniciativa, que esperemos tenha um grande sucesso. Voltava a repetir; nós organização, gostávamos que todos os deputados municipais, todas as pessoas aqui presentes, se sentissem embaixadores desta campanha, nos ajudassem a fazer uma recolha histórica para ajudar aquelas franjas que precisam. Boa noite. -----

Dinis Mourão - Boa noite meus Senhores. Gostaria de pedir um esclarecimento á Mesa, sobre as obras da Av. 25 de Abril, as obras que estão para decorrer na esplanada do "Praia Mar", que estavam para ser executadas no ano passado e saber em que posição essa situação está. Porque é que as obras lá em baixo estão paradas, pelo menos há três semanas. Há uma certa preocupação dos comerciantes em saber o que se passa. É tudo. -----

Manuel Nascimento - Boa noite. Começo por perguntar ao Presidente da Assembleia quantos minutos me dá. -----

Presidente da Assembleia - Dez minutos. -----

Manuel Nascimento - é pouco, mas para alguma coisa dá. Como esperarão, venho aqui fazer o que mais ninguém tem coragem. Não venho aqui fazer politica, não venho defender interesses pessoais, não venho defender interesses partidários, muito pelo contrário, estou aqui por obrigação. (Lê doc.1) -----

1

I - “Isto” é que é o Polis?... Que vergonha! Que miséria!

Nem duma elementar rede de esgotos sabe tratar !

E deixa tudo pior do que estava: Mais água negra a correr directo para o mar, no areal, que dantes! Inundações que não víamos há uns 50 anos, por todo o centro da antiga Vila, até em ruas que nunca as tiveram! “Esgoto humano” a sair das sanitas nos Restaurantes, e a correr pelas esplanadas sob os clientes! Pavimento a abater, e engolir transeunte! Indevidas ligações Polis piratas de emergência e desenrascanço ao Grande Colector do Ribeiro, e que emporcalharão a praia até de Verão! Lojas de todos os tipos com prejuízos no seu equipamento e recheio! Filas de “novos escravos” de esfregona e mangueira sempre na mão a limpar, dias a fio, repetidamente, o que não lhes competia! Um ambiente, já não surdo, de revolta! Residuais poças de água, e ou esgoto, por todo o lado, mal salpica! Um cheiro diáfano de cloaca!... E depois dum inglório sacrifício de todo um ano de trincheiras e buracos, à mistura com um turismo atónito, e vãs promessas do paraíso! E do esbanjar de dinheiro que não é do Polis, nem do Estado, nem da Câmara, pois é nosso! E como tal, é a nós que dele têm de ser dadas contas!

Chegou-me recentemente às mãos, pelo correio, o Boletim (des)Informativo Polis nº12, (de Outubro de 2006). A página 3 é uma autêntica vergonha, **repleta de mentiras** com que o triste Polis procura disfarçar e desculpar o seu total desnorte em matéria de esgotos na zona baixa da nossa antiga vila. Transcrevo dele o mais elucidativo:

1- “a Baixa de Albufeira”(…) “ciclicamente sofre com inundações, que invariavelmente têm ocorrido nos últimos anos, causando graves prejuízos materiais.”

2- “Por esse motivo, a PolisAlbufeira, S.A. foi incumbida de promover uma intervenção por forma a resolver tais ocorrências.”

3- “(...) a existência de rede unitária”(…) 3a- (...) “associada ao estrangulamento do caneiro na Pr. dos Pescadores junto à praia, por motivos relacionados com a necessidade de impedir o escoamento para o mar o qual colocaria em risco a qualidade das águas balneares, 3b- (...)” entra em colapso com o aumento do caudal pluvial.”

4- “(...) os problemas”(…) “só serão definitivamente debelados aquando da conclusão da 2ª Fase”(…) “onde efectivamente se procederá à condução das águas residuais de forma separada e sem constrangimentos ao seu regular escoamento”

5- “Importa ainda sensibilizar os utilizadores”(…) “para que mantenham especial atenção ao tipo de resíduos que fazem descarregar, por forma a minimizar o risco de entupimento(…)”

Ora, **a verdade é bem diversa, e é que**, quanto ao:

Ponto 1- “**A Baixa de Albufeira**” - as velhas R. da Farmácia Piedade (R.João de Deus), R. Direita (R. 5 de Outubro), R. da papelaria Labisa (R. Joaquim M. De Mendonça Gouveia), Jardim da Meia Laranja (Largo Eng. Duarte Pacheco), R. Do Cinema (Av. 25 de Abril); e a nova R. do Fundo do Barranco (Av. Da Liberdade) - **há quase 50 anos que não sofria qualquer inundação**, mesmo em grandes chuvadas (que eram naturalmente absorvidas pela rede unitária de esgotos), não havendo portanto a assinalar nesse período prejuízos materiais a elas imputáveis (a)(b).

Ponto 2- **A verdade é que o motivo para a intervenção Polis nos esgotos** da Baixa de Albufeira, conforme em vários documentos tem vindo a público, **foi conseguir que a bombagem na central elevatória dos Pescadores, onde confluía uma rede unitária, fosse menos dispendiosa** (e não fosse bombeada água de chuva para a Central de Tratamento), e não a existência de inundações .

Ponto 3- **A verdade é que o facto da rede ser unitária, e o estrangulamento na Pr. dos Pescadores nunca causaram inundações**; não entrando pois “em colapso com o aumento do caudal pluvial” como arenga o Polis.

Ponto 3 a- Acrescente-se que as lágrimas de crocodilo agora lançadas pelo Polis sobre a necessidade de preservar a qualidade das águas balneares na nossa Enseada (o que é realmente

fundamental para toda a Albufeira!) são, na boca do Polis só argumento/cenário, pois **a realidade é que a intervenção Polis em esgotos em 2006, ao invés** (pelos graves erros de que enferma o projecto base), **originou um aumento brutal do lançamento de esgoto insuficientemente tratado, no cano de águas pluviais da arriba da Bateria, em pleno areal da Praia do Peneco**, o que vem acontecendo ininterruptamente desde Abril de 2006 (ultrapassando em muito os pequenos caudais dos anos anteriores, e esquecendo quase totalmente as tentativas de então de os tentar camuflar !!!).

Ponto 4- Se o esgoto antigo, ainda existente na zona terminal do Polis na Baixa, nunca foi responsável pela falta de escorrência, e por inundações... não é agora que o seria: é pois totalmente infundada a arenga Polis de que depois de nele intervir, e o tornar separativo, tudo passará a correr às mil maravilhas... Quando **a verdade é que, a manter-se o estrangulamento de escorrências que o Polis está a introduzir, mediante a brutal redução da secção das canalizações na Baixa de Albufeira, e a elevação da sua cota base, e da dos arruamentos, tudo continuará a piorar.**

Ponto 5- Quando o Polis fala do lançamento de resíduos indesejáveis, tal não passa duma tentativa descarada de desviar a responsabilidade do descalabro, das suas costas para as do povo; mas isso permite no entanto elucidativa leitura: é que, se nos tempos anteriores ao Polis, esses hipotéticos “maus hábitos” da população não tinham consequências (que se soubesse) para o regular funcionamento da rede de esgotos, e se agora o têm, tal **demonstra que houve** entretanto algo que dificultou a fluência dos esgotos: **uma redução de secções úteis, a redução Polis! Agora tudo é risco e fonte de entupimento, quando dantes tal perigo não assustava.** (“Pela boca morre o peixe!”). Será que, “por este andar da carruagem”, o centro de Albufeira terá de deixar de ir à sanita, para não conspurcar os arruamentos Polis como aconteceu no passado Agosto?!...(Agora que Albufeira em defeso está meio deserta, o problema está minguido, valha-nos isso...)

II - Antes do Polis :

Como estava a rede de esgotos do centro de Albufeira:

Sobrevivia... com cheiro numa ou noutra caixa de esgotos mal sifonada, algumas e pontuais escorrências negras camufladas no colector pluvial da Bateria, e que raramente saiam no areal, e o envio de água a mais para a Central de Tratamento, quando chovia. (E os velhos problemas da R. dos Bares e do Malpique, que o Polis também não aborda (a)(b)).

Quando há uns 50 anos, a construção do grande colector abobadado de betão do Barranco permitiu retirar o grosso das águas pluviais do velho cano tripartido de alvenaria coberta a lajedo, existente desde a década de 1930 no centro da vila (que por deficiência de secção, e facilidade de entupimento com os detritos de enxurrada mais volumosos retidos nos seus septos centrais, tinha sido a causa das clássicas cheias em Albufeira das décadas de 1940 e 1950), a função de ambos ficou claramente definida: Ao primeiro competia levar, rapidamente e a direito, as chuvadas do centro do nosso Concelho directamente para o mar, sob a Arriba da Bateria, através do areal da Praia do Peneco, destinando-se unicamente a águas rústicas “limpas”, (embora em temporal carregadas dos inevitáveis detritos “campestres”). Ao segundo competia, unitariamente, levar tudo o resto (lançando-o já em pleno mar e para lá do areal da Praia dos Barcos): as águas pluviais urbanas de todo o centro da vila de Albufeira, as negras urbanas, e as pequenas escorrências que corresse no grande colector “campestre”, desviando-as do troço final deste, para reduzir ao mínimo os dias de escorrimento no areal da Praia do Peneco (o conjunto foi dotado dum sistema simples de ladrão, que tal permitia).

Só que, com o correr dos anos, o desleixo e o desenvolvimento urbano juntaram-se para dificultar o bom desempenho do sistema: Por um lado o inevitável assoreamento causado por um ribeiro funcionando em regimen torrencial (com considerável arrasto de detritos em cheia, e depósito na sua zona terminal de foz), foi negligenciado, em especial nos últimos anos, possibilitando considerável enchimento com detritos nos dois canos, ambos de pequena

pendente (para canal fluvial), e gerando a inoperância do sistema que permitia o desvio dos pequenos caudais do colector maior, o que passou a gerar pequenas e indesejáveis “escorrências fora de época” no areal turístico do Peneco; por outro, o desenvolvimento urbanístico de toda a zona das Ferreiras, Vale Paraíso, Parque de Campismo, e área do Centro de Saúde, originou o lançamento, ao longo de todo o ano, de águas, algumas não totalmente tratadas, no leito do ribeiro (propiciando um elucidativo “contínuum” dum frondoso canavial e silvedo em todo o seu percurso). O que era um limpo ribeiro ocasional e turbulento, transformou-se numa pequena ribeira permanente, não totalmente límpida. A ligação pirata ou semi-pirata de esgotos negros, tolerada por quem não o devia, consentida em pleno atravessamento urbano do colector pluvial, veio agravar o problema no Peneco. A almejada Bandeira Azul, com tal sistema e sem mais, é aí totalmente impossível !

A Central Elevatória, colocada décadas depois no fim do cano tripartido, junto à arriba da Praia dos Barcos, tinha como objectivo desviar para local de tratamento os esgotos negros do centro da vila, impedindo que corresse como até aí para o Mar, no local onde está hoje o Pontão. Tal medida melhorou nitidamente a qualidade das águas de toda a Enseada de Albufeira (embora sem resolver totalmente, e de vez, o problema da sua qualidade). Só que, durante os poucos dias do ano em que perceptivelmente chove, a Central fica assoberbada com o aumento enorme dos caudais a bombear, e acabam por ser encaminhadas para a Central de tratamento águas desnecessárias. Surgiu daqui a necessidade de tornar o esgoto separativo, separando o esgoto negro do das águas pluviais. Tal tarefa competiu ingloriamente ao Polis:

III - Acção do Polis :

Erros base cometidos na rede de esgotos do centro de Albufeira:

O Polis cometeu um erro básico em relação a esta intervenção, que foi o pensar à priori que tudo o que vinha de trás estava errado, que tinha que ser drasticamente alterado, e criada solução radicalmente diversa, teoricamente mais “moderna” e eficiente. Ora este tipo de pensamento é anti-científico (pois o conhecimento científico avança sempre como uma progressão contínua de conhecimentos, e não com o amesquinhar das visões do passado, que aliás lhe servem de suporte). O Polis não fez uma humilde e cuidadosa análise do existente, antes de projectar, como se impunha. Chegou, e arrogante e majestaticamente, seguro de tudo saber, não se informou, arbitrou... E deu grossa asneira! Vejamos:

Ponto 6- **Em relação ao grande colector do Barranco** (que só pode servir para a condução das águas de enxurrada deste, senão a Praia do Peneco e o turismo de Albufeira são inviáveis, e não passarão duma chafurda de terceiro mundo, tipo Praia do Marques em Acapulco): não o desassoreou, eliminando entulhos de cheia, nem limpou totalmente como se impunha, apenas tendo aparentemente feito trabalho muito parcelar e localizado nesse sentido, conforme facilmente se constata até no troço junto à praia; eliminou o ladrão que transferia para o outro colector as águas de pequenos caudais, o que tornou desde Abril até hoje a boca fluvial no Peneco, em lugar de local apazível e seco, uma nojenta cloaca permanente, repleta de entulho e fedorentas águas negras semi paradas, sempre a tentar escorrer areal abaixo; não encerrou a totalidade das ligações piratas a este colector, como o comprova o ouvir-se na sua boca o ruído ocasional de queda de água, e o claro ar de esgoto das águas aí notadas, mais “negras” que as que dão entrada no seu início trazidas pelo Barranco; acrescentou, inclusive até, ligações Polis de emergência (ainda em 16/11/06 fotografei a criação de uma - um brilhante desenrascanço do eng. Cercas - para evitar que as chuvas, por não terem por onde capazmente sair, voltem a abater o pavimento na zona de Restaurantes e Bares a Poente da Meia Laranja, fez uma ligação directa ao Grande Colector, e assim, sempre que os pavimentos dessas esplanadas sejam lavados, até em Agosto, sairá água nojenta na repleta e atónita Praia do Peneco!...); atravessou o grande colector, superior e transversalmente, com pelo menos dois canos de outras águas (está fotografado...), o que lhe reduz a capacidade de descarga em grande cheia; negligenciou a tapagem a alvenaria fora da época de chuvas, da boca do colector na

praia, como vinha sendo hábito (por último colocou lá diáfana rede verde, mal presa, e que apenas finge que tapa...).

Ponto 7- Sendo por demais evidente que as águas que durante todo o ano correm actualmente no fundo do Barranco, na esmagadora maioria dos dias não são águas pluviais, mas águas residuais (às vezes mais turvas, outras mais límpidas, mas nunca totalmente inócuas...), provenientes de zonas urbanizadas desde as Ferreiras até á Circular de Albufeira, elas não podem vir até ao areal do Peneco! Nunca! Aliás, mesmo que fossem totalmente límpidas (excepto se em chuvada, onde até as praias não são utilizadas, e qualquer turista percebe e aceita uma escorrência no areal) também não o poderiam! Disto resulta que só são possíveis duas soluções para o problema: ou a Câmara constrói urgentemente uma conduta paralela ao Barranco, para a total recolha deste caudal e seu encaminhamento (independente do ribeiro pluvial), para central elevatória e outro destino que não o Peneco; **ou o Polis restaura, na meia Laranja o “ladrão” que encaminhava antigamente tais águas,** os pequenos caudais, para fora do troço final do colector pluvial. Como está, é que não pode continuar! Do que serve aliás arrogarem-se, Polis e Câmara, da construção duma rede separativa na baixa da Cidade, até à Central elevatória dos Pescadores, se na Bateria aumentam o carácter unitário da chafurda, criando uma pocilga, quando precisamente aí é que tal não pode, nunca, acontecer! Revolvem tudo, incomodam toda a Cidade, gastam rios de dinheiro, e afinal retiram parte da trampa dum lado, para a meter e ainda mais nefasta e visível noutro, com efeito ainda pior...

Ponto 8- **Em suma, a intervenção Polis em esgotos no centro de Albufeira foi justificada para** tornar o esgoto separativo, e com isso **evitar o lançamento de águas negras para o Mar sob o Pontão da Praia dos Barcos (e aí passava mais despercebida, note-se,** por fazer a descarga já em pleno Mar, embora sendo desaconselhável,) **mas ao agir, o Polis** (por erros básicos de projecto) **lança boa parte deles, com muito maior caudal que antigamente, no areal da Praia, entre a do Peneco e a dos Barcos, o que é muitíssimo pior, pois é feito à vista, ao cheiro, e no contacto imediato de milhares de pessoas** (em Agosto, com frequências momentâneas duns 4.000 utentes, não é difícil extrapolar uma utilização diária desses areais por bem mais de 6.000 pessoas), **correndo o risco de atentar fortemente contra a saúde pública, e levar até à interdição dessas praias, e à destruição do bom nome turístico de Albufeira, e tornando longínqua miragem a pretensão de colocar aí a almejada bandeira azul !** E por mais avisos feitos (até nesta Assembleia; e até a GNR espontaneamente assinalou a ocorrência), ninguém a tal ligou! O Polis é um cego e irresponsável logro, altamente prejudicial a Albufeira, casmurramente prosseguido, apesar das evidências, e sem que se perceba a bem de quê!

Ponto 9- A separação, na zona central de Albufeira do esgoto pluvial do esgoto negro, **devia ter sido feita sem destruir o velho colector tripartido de alvenaria.** Esse colector, ao longo da sua vigência, de cerca duns 70 anos, provou ser insuficiente para as chuvadas provenientes do Barranco é certo, mas também ser totalmente capaz de suportar o total das águas negras e das pluviais do Centro da Vila. Estava nalguns pontos parcialmente assoreado, mas mesmo assim cumpria. Devia ter sido sim totalmente limpo, e passar a conduzir apenas as pluviais do centro de Albufeira, sendo-lhe retiradas todas as entregas existentes de águas negras. Em lugar disso, foi totalmente desactivado e entulhado, substituído por um cano de plástico, canelado e de pequeníssima secção para os caudais em jogo, uma das grandes causas das cheias que passaram a surgir “na época Polis” no centro da Cidade. O caninho colocado não deve ter mais dum décimo da secção do velho cano!!!... Quando chove, dezenas de levantamentos de tampas de caixas de esgoto, atestam por todo o lado a sua total insuficiência.

Ponto 10- **O esgoto de águas negras,** deveria esse sim ser todo novo (como parece ter sido aliás feito, e constituído por dois canos de secção mediana, um de cada lado dos arruamentos). Aqui houve novo equívoco Polis/Câmara no entanto: como é possível criar esgoto realmente separativo, quando a esmagadora maioria dos edificios nos arruamentos abrangidos pela rede, e até algum esgoto destes arruamentos, se mantém unitário?... Este esgoto será sempre um esgoto semi-separativo, com apreciável inclusão de água de chuvadas, o

que obriga, não só a ter canalizações de maior secção que as que efectivamente foram aí postas (e daí decerto as abundantes saídas de “trampa não digerida” na chuva de Agosto...), como defrauda parcialmente as esperanças de diminuir em muito o caudal na Central Elevatória dos Pescadores nessas ocasiões.

Ponto 11- **O nível da base dos novos colectores** de plástico (quer os pluviais, quer os de águas negras), que substituíram o velho cano tripartido, nunca devia ter sido subido em relação ao do cano anterior, como foi feito. É uma das causas da saída, quando chove, de águas em ralos de pavimento, e até em sanitas, nos pisos térreos de estabelecimentos, e na inundação dos mesmos a partir do próprio interior do edifício, o que é extremamente embaraçoso e nojento, como aconteceu em Restaurantes - e é uma clara inovação Polis - nunca antes presenciada em Albufeira (inundação sub-reptícia de pés de clientes sentados à mesa em pequeno almoço, com água mal cheirosa repleta de dejectos humanos, como aconteceu em Agosto...)

Ponto 12- **A cota dos arruamentos nunca devia ter sido elevada** em relação à anterior, nem eliminados os degraus de acesso às lojas e edificações. Tal tem levado, (associado às pequenas pendentes utilizadas, e nalguns casos até à inversão das pendentes em relação ao que seria lógico) à sistemática inundação da quase totalidade dos estabelecimentos da Meia Laranja, vezes a fio, sem que o facto leve a uma imediata correcção dos erros cometidos pelo Polis, e sem que o pessoal Polis ou da Câmara apareçam, e se sintam obrigados a proceder à fedorenta limpeza dos mesmos (tendo esta recaído, sempre, nos empregados das lojas, eles que são totalmente isentos de culpa no ocorrido!). Para lá dos prejuízos causados em materiais perecíveis, como em lojas de artesanato, entre outras, e o risco de interdição de estabelecimentos pela fiscalização da qualidade! A Câmara não pode continuar negligentemente a fechar olhos, e tem a obrigação de forçar o Polis, ou de agir directamente, por forma a garantir a **total e imediata limpeza** de todos os estabelecimentos sistematicamente alagados, até que a rede de esgotos funcione eficazmente. Isto é de elementar justiça! Na R. do Cinema já se vê um amplo estrado de madeira para que os clientes duma imobiliária não molhem sistematicamente os sapatos, pois é zona de águas paradas; e as próprias lojas do antigo Cinema são inundadas.

Ponto 13- **Na R. da Farmácia Piedade e R. Direita** (e outros locais), **passou a correr esgoto**, associado a restos de levantamento de calçada à portuguesa, esgoto que, como na Meia Laranja, se mete por de baixo das cadeiras das esplanadas, e é consequência do sistemático levantamento de todas as tampas das caixas de esgoto da zona, face ao aumento nelas de caudal, dado que o Polis encaminhou para aí águas da zona de Santana, e da da Esplanada do Rocamar, sem ajuizar das consequências. Acontece desde o Verão!... (Frente à padaria da Meia Laranja, um geiger atingiu mais de meio metro de altura... quase batendo o recorde do da caixa frontal ao oculista a seguir ao antigo Cinema...) A estreita Travessa da Liberdade passou também a ter inundações em Restaurantes e Esplanadas (no fundo dessa rua, junto às escadinhas que ligam à R. Direita, chamaram-me a atenção - e vi e fotografei - para uma caixa aberta, onde um esgoto, provindo dum cano duns 40 cm de secção, e outro duns 25 cm, eram encaminhados conjuntamente para um pequeno cano de saída Polis com apenas 20 cm. (...) estavam em meia escorrência, e a tampa que as águas haviam antes totalmente arredado era prova extra de incapacidade)

Ponto 14- **Conclusão:** É por demais evidente que, em esgotos, o Polis já foi há muito água abaixo, sendo um perfeito contracenso. A situação é insustentável, e tende a agravar-se. Albufeira não tem obrigação nenhuma de suportar isto! A azelhice Polis irá sucessivamente estender-se até ao Hotel Baltum, e depois à zona do Turial na Praça dos Pescadores. A Câmara tem de deixar de sacudir a água do seu capote, e tem o dever de se substituir rapidamente e em emergência ao Polis, e emendar o chorrilho de asneiras. Pensem que temos de dar concerto a todos estes disparates, até à abertura da época turística em Abril. Para tal, nem um dia pode ser perdido em dúvidas, nem em hesitações! Ouçam as pessoas lesadas e a opinião pública, e já!

Ponto 15- Sugere-se que a verba que vai ser esbanjada pela Câmara a desqualificar o troço da Circular de Albufeira entre o Nó do Lidl e o da Câmara (um troço que se encontra em

muito bom estado e com melhor aspecto que o anteriormente intervencionado a Poente deste) seja canalizada para umas capazes obras nos esgotos do Centro da antiga Vila, onde será muitíssimo mais útil. (Bem como as verbas do elevador de vidro com que ameaçam em breve destruir o que resta da Praia do Peneco e das suas arribas, e parte do seu areal, e que é um contra-senso tanto mais que pode ser feito “interiormente”, sem se tornar visível na paisagem, na zona recentemente a ser tratada entre o Rocamar e a Igreja de S. Sebastião.)

Caso a Câmara nada decida com urgência, sugere-se o agendamento duma Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal para o debater. E que desde já, os três grupos partidários nela representados deliberem individualmente a sua posição sobre o mesmo, assumindo politicamente junto dos eleitores as consequências do que defendam. Isto é que é democracia, e não o deixar correr... enterrando a cabeça na areia à espera que o vendaval passe. Não só não passa, como se vai agravar!

~ ~ ~
Nota a)- Registe-se - como excepção à não existência anterior de inundações - o habitual alagamento da zona mais baixa da Rua dos Bares (R. Cândido dos Reis), quando forte chuvada coincide com grande preamar; mas aí a causa é diversa, pois tendo essa rua cota bastante abaixo da vizinha rua do Cinema, (onde algumas marés já entravam no esgoto) o seu esgoto corre a nível inferior ao das maiores marés, e portanto não poderá escorrer então naturalmente para o mar sem recurso a bombagem. O Polis não tocou no entanto nessa rua, nem parece ir fazê-lo; espera-se pois que ao referir-se a anteriores inundações no Centro, não esteja a “utilizar” estas como falacioso argumento. É problema de que parece fugir, aliás... Aí sim, há prejuízos causados em lojas, e principalmente em caves (embora seja inexplicável que tenham construído caves, aí, sem precaução especial; e até que, nesta rua, tenham sido autorizadas caves... Não estamos propriamente na Holanda, nem temos a sua experiência tecnológica.).

Nota b)- A péssima solução, mero fingimento, dos escoamentos pluviais criados pela alteração da drenagem do Cerro do Malpique, quando a Câmara no início da década de 1960 abriu nele a R. António Aleixo (que entre outros desmandos causou a derrocada sucessiva de 4 grandes muros particulares de suporte de terra, dois deles refeitos entretanto a expensas camarárias, e estragos nas edificações anexas e seu recheio), continua, em chuvada, a causar caudalosas escorrências, com arrastamento de pequenas pedras e outros detritos, através da travessa do MFA, R. Alves Correia abaixo, e nesta. (Já neste mês, verificaram-se e continuam a verificar-se aí prejuízos, agora em 2 estabelecimentos comerciais). Isto não tem no entanto nada a ver com a intervenção actual Polis, nem é abrangido na sua área de intervenção. Essas escorrências eram anteriormente absorvidas no entanto pela rede de esgotos do Centro da Vila sem alagamento neste. Agora, reforçam as inundações e os detritos aí depositados pela intervenção Polis. (É urgente que a Câmara proceda à limpeza e alargamento da boca de recolha de águas pluviais, que se encontra totalmente entupida, que interceptava as procedentes a Norte da ligação da R. António Aleixo com o cimo da calçada da travessa do Malpique; tanto mais que o enorme e recente aumento da zona construída a Poente /Norte do Malpique aumentou imenso os caudais em jogo, levando a intempestivas saídas na R. Alves Correia. E é urgente que proceda também ao alargamento da saída de esgotos sob a casa que foi do Sr Manuel Cabrita no início da R. do MFA. antes que surjam maiores prejuízos em toda a zona; e que controle e canalize as escorrências caudalosas na travessa do MFA)

~ ~ ~
Albufeira, 20 de Novembro de 2006



Manuel S.M.Nascimento

Presidente da Câmara - Primeiro, quero responder ao Sr. Dinis Mourão, que colocou duas questões, uma relacionada com as obras na Av. 25 de Abril e outra com a esplanada da Praia Mar. A zona de esplanada da Praia Mar, o processo está feito, está adjudicado, só que se entendeu com a proprietária do estabelecimento começar a obra no dia oito de Janeiro. Começar agora e apanhar todo o mês de Dezembro iria ser muito complicado. Na Av. 25 de Abril, 2ª fase, o que se passa é que a obra foi adjudicada dentro das regras normais da contratação. Foi adjudicada à empresa que todos conhecem e a empresa está a fazer tudo e mais alguma coisa no sentido de continuar com a obra parada. A Sociedade Polis está a desenvolver todos os meios que tem no âmbito jurídico e técnico para tentar encontrar uma solução, necessária e ideal, que leve à rotura com esta e contratar uma outra empresa com capacidade e resposta rápida. -----

Sobre o Arq. Nascimento, todos os elementos que tem entregue nesta casa, têm sido analisados. Alguns, tem razão, outros não direi que tem razão, mas há aqui uma preocupação de respeito. Os serviços técnicos da área de saneamento, quer o Director, quer o Chefe de Divisão, têm elencadas todas estas questões, têm elencadas essas incorrecções e obviamente que não temos "sacudido a água do capote", mas procuraremos no momento certo corrigir questões que não fazem sentido. -----

Júlia Raimundo - Boa noite. Eu fiz um abaixo-assinado sobre o Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores e não obtive resposta. Não sei se tem algum poder jurídico, as seiscentas assinaturas recolhidas, só sei que este Plano vai prosseguir em frente. Eu gostava de saber a volumetria do edifício que vai ser construído, qual é a dimensão e porquê construir numa baixa-mar. Será que a opinião pública não tem interesse nenhum para o Sr. Presidente da Câmara? Penso que o Sr. Presidente da Câmara é que nos representa, munícipes. Tenho todo um interesse em saber porque razão é que se retira um apoio de praia e se vai coloca-lo dentro de uma zona urbana? Os apoios de praia são sempre inseridos dentro da praia e nunca numa zona urbana. Apoio de praia, somos todos nós, restaurantes, ali englobados. E se o apoio de praia é retirado da zona onde está, por direitos adquiridos, eu penso que não há direitos adquiridos naquela zona porque ele está considerado como apoio aos pescadores e foi dado um apoio aos pescadores, segundo sei, pela CCDD, onde os barcos estão ancorados. Porque é que aquele apoio de praia vai para lá, se vai uma concessão para lá? Porque é que o apoio vai ser retirado da zona em que está, vindo tapar uma fachada mar do Cais Herculano, dizendo que é uma continuação do Cais Herculano. O Cais Herculano tem uma cota superior aos outros edifícios de dois metros, logo vamos ficar com o "muro da vergonha" à nossa frente. É isto que o Polis vem fazer para Albufeira? Eu penso que o Sr. Presidente da Câmara tem uma palavra a dizer aos seus munícipes perante o abaixo-assinado que fiz, ou será preciso fazer um outro para que o Sr. Presidente oiça os munícipes que o elegeram? Não é só o Polis que tem o direito de chegar cá e fazer, eu acho que alguém tem de contradizer e esse alguém é quem nos representa. Também

não vejo razão de se retirar as pedras que estão lá, há vários anos, construídas à mão e construir-se naquele sítio, onde na outra parte da praia não há nada construído e fica arquitectónicamente mais bonito. Gostava de saber como tudo isto vai ser feito, porque até hoje, perante o meu abaixo-assinado, não obtive informações nenhuma. Recebi apenas uma do polis, relativamente a cartas que fiz na altura, na Polis, mas não sobre o meu abaixo-assinado. Se for preciso faço outro, porque o povo assim o quer, bastantes vezes me têm pedido. Se o meu não representou nada, porque não fazer outro com muito mais assinaturas. Porquê destruir uma frente mar tão bonita? Ela tem sido fotografada por milhares de pessoas que nos visitam e agora vai se tapar. Se o edifício Albufeira não estava integrado porque tapava a fachada mar, porque se vai construir agora na linha de água. Será que é possível? Segundo me consta, a CCDR não deu parecer nenhum para que ali fosse construído, e a POC também não. Porque a POC e a CCDR, segundo me disseram, não podem interferir ali juridicamente, só a Polis Albufeira e o Sr. Presidente têm esse poder. Eu gostava de ser esclarecida sobre estes pontos. Para onde vai os fundos do apoio de praia, se vão ser construídos outros restaurantes em frente e que tem uma cota superior ao apoio de praia? Será que fica bem ali um apoio de praia? Gostava que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal me respondesse também. O Senhor como cidadão que vive aqui nesta cidade, gostaria de ver aquela frente mar toda tapada, podendo usufruir do apoio de praia do outro lado, onde não iria tapar tanto? O muro do Cais Herculano não tem de ser uma continuação porque todos os restaurantes estão a uma cota superior ao edifício Albufeira, que tem uma cota inferior ao Cais Herculano de dois metros. Eu penso que ao colocar ali quatro metros e quarenta de altura frente a um edifício, é o cúmulo da vergonha que se vai fazer ali, numa frente mar. E além disso, um apoio de praia, pelo que a POC diz, não é para construir numa zona urbana, mas sim numa praia, é há vários sítios onde o apoio de praia pode ser construído. Se é removível, então porque não o remover para outro lado que não seja ali? Os apoios de praia são para serem concessionados de nove em nove anos, não há direitos adquiridos. Não sei porque motivo a Polis quer enquadrar uma frente mar toda tapada, dizendo que vai na continuação do Cais Herculano. É um erro grave que se vai fazer. Vai-se descaracterizar Albufeira mais do que já está. Vai-se retirar uma vista, que é linda, aos turistas que nos visitam e que o Sr. Presidente bastante orgulho tem. Pergunto ao Sr. Presidente se acha que aquilo fica bem naquela zona? Obrigada. -----

Presidente da Câmara - Aquele Plano de Pormenor tem a ver com o plano de urbanização da Frente Mar e que define um apoio de praia naquela zona. Esse apoio de praia tem a ver com o enquadramento paisagístico urbanístico em que toda a frente da praça dos pescadores fique toda liberta até ao mar. Se verificarmos este apoio de praia, o edifício que lá está e que vai sair, e todas aquelas barracas dos pescadores, o espaço envolvente que fica é cem vezes mais simpático e agradável, aquela vergonha que lá está. -----

Júlia Raimundo - Mas a lota pode ser demolida. -----

Presidente da Câmara - A lota pode ser demolida, mas o apoio de praia e as instalações sanitárias podem ser encaixados debaixo da esplanada do próprio muro do cais. Depois

há a questão dos serviços médicos, que é obrigatória. Depois o apoio de praia, essa exigência vem desde a aprovação do Plano de Urbanização, nem sequer foi colocada agora, e é o equipamento que ficou de apoio aos pescadores. Toda a frente mar e até por uma questão de orientação, entre a falésia e essa zona, não deve haver nenhum obstáculo, para quem chega à praça do lado do edifício Albufeira ter uma frente toda liberta até ao mar. Foi esse plano que esteve aqui, foi apresentado aos membros da Assembleia Municipal e houve algum consenso sobre isso. Eu percebo e já falamos várias vezes sobre essa questão, mas o facto é que aquilo que parece ter um aspecto mais satisfatório em relação à intervenção, muitas vezes não é compatível com o interesse individual. É um processo que ainda não está finalizado, poderá ser objecto de discussão na Assembleia Municipal e na Câmara. Percebo e entendo essa preocupação. Se olharmos para a vergonha que temos lá em baixo, a desorganização, o desenquadramento, e se há uma preocupação de organização de um espaço que esperemos que tenha uma visibilidade total. As fotografias tiradas do Pau da Bandeira são para a frente, porque se tirarmos para baixo só se vê a escadaria, a lota, o edifício, o restaurante, mas de uma forma totalmente desorganizada, com tralha por todo o lado. Pretende-se uma grande praça que seja de utilidade pública, de circulação de pessoas e faça com que as pessoas se desloquem lá a baixo através das escadas rolantes. Também digo: o Inatel retirou a providência cautelar, o que já abre caminho para a construção do parque de estacionamento, o P1. Todo este processo que está interligado, a valorização total, vem com certeza dar o enquadramento que Albufeira não tem e que se não for feita essa intervenção, obviamente, que perderá competência em relação a outros lugares. No início até se falou numa intervenção muito mais drástica sobre o edifício Albufeira, agora o que se procura é, ter em conta essa cota. Os quatro metros e quarenta é a cota de soleira e que em relação ao edifício Albufeira, digamos que, a cobertura desse espaço, para quem está sentado no restaurante acaba por ter o mar todo à frente. -----

Júlia Raimundo - Eu não estou a falar sobre o restaurante, estou a falar em nome de uma parte da população de Albufeira que está contra. O Senhor pensa que é o meu interesse que está em causa, não é. -----

Presidente da Câmara - Os fundos comunitários, os projectos, o Plano de Pormenor, tudo o que é para intervir, está num processo evolutivo, se acharem que aquilo não é o ideal, cada um assuma a sua responsabilidade. Eu, daquilo que vi do Plano de Pormenor, já houve uma série de correcções, o primeiro apoio quando trazia mais uma série de área acumulada que foi pedido para ser retirada porque não fazia sentido. Havia uma tabacaria e outra área de vendas que foram retiradas. Tudo isto reduziu o espaço que estava proposto. -----

Júlia Raimundo - O primeiro apoio de praia tinha setenta e cinco metros e agora tem quarenta e cinco. Eu penso que os metros que se retiraram à papelaria e à tabacaria foram dados ao apoio de praia. -----

Presidentes da Câmara - Os apoios de praia, em todo o lado, estão definidos por Lei. Aqui apenas se pode retirar aquelas áreas chamadas suplementares. A área de alimentação e o espaço do próprio apoio de praia é definido por Lei. O que foi retirado

foi a área de venda de gelados e jornais. Ficou o espaço de primeiros socorros e um compromisso que assumiu, de um pequeno espaço de quinze metros quadrados para os pescadores utilizarem no seu dia a dia. Esses espaços foram enquadrados nessa edificação, até a própria CCDR entendeu que era a melhor opção para deixar toda aquela frente completamente liberta, para que a grande praça fosse completamente aberta ao mar. -----

Júlia Raimundo - Mas a CCDR, quando o Sr. Presidente mandou o projecto do apoio de praia, achou que era uma fachada com uma volumetria muito grande a tapar o mar, retirava muita visibilidade. Foi esse parecer que a CCDR deu. Foi o que me informaram quando pedi informações. E, segundo consta, não tem parecer jurídico sobre a praia dos pescadores, que deixou de ser pública e passou a ser privada, só há duas entidades que podem ali mandar que são, a Câmara e o Polis. E é o Sr. Presidente que tem de dar a ultima palavra e tem de estar ao lado dos seus munícipes, que não desejam que aquilo seja construído na frente mar. -----

Presidente da Câmara - O espaço está lá no âmbito do Plano de Urbanização, se a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal entenderem que deve ser retirado de lá e colocá-lo noutro lado. -----

Júlia Raimundo - Eu achava que sei, Sr. Presidente. -----

Presidente da Câmara - Eu, na minha opinião e daquilo que já vi, continuo a entender que aquele é o espaço que em termos de interesse público e global é o melhor. Eu não tenho negócios lá em baixo. A obrigação de lá por o apoio tem a haver com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira. O que lá está é a passagem do apoio de praia de um local para outro. -----

Júlia Raimundo - O Sr. está a retirar o apoio de praia de um sítio para outro, então, se é móvel, põe-se no canto da Ruína ou noutro que não tape a visibilidade. -----

Presidente da Assembleia - Em relação a essa questão a Senhora também me interpelou. Já cá veio á Assembleia Municipal para ser visto, em que de facto se aplicou uma redução, uma preocupação com cotas e que não mereceu grandes reparos pela Assembleia, tendo uma ou outra sugestão que terá acolhimento. Mas, em qualquer altura, poderemos mandar vir o Plano para acatar novamente se será o mais indicado. Tanto quanto me pareceu, respondeu aos objectivos que era a criação de uma grande praça, não retirar a vista a ninguém e ter um apoio de praia. Isto foi o que me pareceu do Plano. Esta Assembleia está sempre disposta a ouvir e a olhar com mais atenção. ---

Júlia Raimundo - Fiz um abaixo-assinado e não obtive resposta. -----

Presidente da Assembleia - Irá ter resposta, com certeza. Mas ficou expressa a preocupação e tomada em conta e daí até se ter feito uma apreciação sobre essa matéria. De qualquer maneira, poderá voltar-se a ver o Plano, nunca é demais e até poderei convidá-la a vir a essa reunião. É quanto me apraze dizer neste ponto. Já percebemos a sua posição. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica disponível para consulta, por parte dos membros da Assembleia. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 06/09/2006; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (0) -----

Abstenções: uma (01) José Vila Nova -----

Votos a favor: vinte e três (21) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não estavam presentes na sala três membros, Pedro Ferro, Carlos Gabriel e Francisco Guerreiro. -----

PONTO SEGUNDO e PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª Revisão do Orçamento de 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Relativamente à proposta e analisada globalmente, entendemos de facto que não há grandes alterações profundas que mudem o rumo do orçamento e das Grandes Opções. Sobre isto a bancada do Partido Socialista tem manifestado algum desconforto com o próprio orçamento e da forma como ele tem vindo a ser executado, portanto, nessa medida, não nos apraz fazer muito mais considerações até porque estamos no final do ano e o orçamento estará mais ou menos executado. Não havendo alterações profundas, o Partido Socialista pretende abster-se nesta votação. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a votação os dois pontos separadamente. -----

VOTAÇÃO: 3ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: nove (09) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Fernando Neves.

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel

Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não estava presente na sala um membro, Francisco Guerreiro -----

VOTAÇÃO: 3ª REVISÃO DO ORÇAMENTO -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: nove (09) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Fernando Neves.

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não estava presente na sala um membro, Francisco Guerreiro -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2006 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Calhau - A bancada do PSD gostaria de ver outro tipo de taxas a serem aplicadas para bem dos munícipes, mas entendemos as dificuldades com que o executivo se vai deparar face às medidas que o governo pretende implementar. Perante a proposta feita, pretendemos deixar esta nota. Naturalmente que, face às dificuldades que aí vêm, nós apoiaremos esta proposta. -----

Francisco Oliveira - Em tom de resposta à proposta do PSD, eu quero referir que de facto parece estarmos aqui perante uma falsa questão, porque como foi referido pelos membros do Governo, os municípios não vão receber menos nas verbas transferidas do poder central e portanto, parece-me ser essa uma falsa questão que venha eventualmente suportar a proposta do PSD nesta Assembleia e estarmos aqui a criar algum alarme. E em conformidade com isto apresento a proposta do partido Socialista e que responde também à situação colocada pela bancada do PSD. (lê doc.2) -----



**Partido
Socialista**

PROPOSTA

Considerando que as receitas provenientes dos impostos municipais sobre imóveis têm vindo a subir de forma acentuada nos últimos anos;

Considerando que a o aumento da receita de IMI, com referência a 30 Setembro de 2006, comparativamente com o mesmo período do ano transacto apresenta um crescimento de 34%, ou seja cerca de 2.125 milhões de euros, sendo expectável um crescimento efectivo de cerca de 4 milhões de euros nas receitas de IMI comparativamente ao ano anterior.

Considerando que o crescimento deste imposto municipal, no país, no final do primeiro semestre de 2006 comparativamente com o mesmo período do ano de 2005 era de cerca 15% e que já entre 2004 e 2005, em Albufeira houve um crescimento na receita de IMI em cerca de 31%, o que evidencia que o volume de receita arrecada com este imposto em Albufeira, está a crescer a um ritmo muito superior ao do país;

Considerando que as taxas de IMI em vigor neste concelho se aproximam do máximo permitido por lei, ou seja:

0,7 - Num intervalo de 0,4 a 0,8 para prédios ainda não avaliados;

0,5 - Num intervalo de 0,2 a 0,5 para prédios já avaliados;

Considerando que não se justifica continuar a exigir um esforço tão significativo aos munícipes e contribuintes quando as receitas destes impostos municipais têm vindo a crescer de forma tão significativa;

Propõem os membros desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista:

Que esta Assembleia Municipal delibere a fixação da taxa de IMI para o ano de 2006 nos seguintes termos:

0,6 para os prédios ainda não avaliados;

0,4 para os prédios já avaliados;

CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária



PROPOSTA

Ao longo dos quatro anos que está em vigor a nova tipologia da antiga Contribuição Autárquica, agora Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), a Coligação Democrática Unitária tem vindo a chamar a atenção para as elevadas taxas propostas pela Câmara Municipal de Albufeira, propostas essas aprovadas pelo executivo e confirmadas pelos membros do PSD, representados na Assembleia Municipal.

A Coligação Democrática Unitária tem proposto percentagens mais baixas, baseando-se em dois factores: um de natureza económica das famílias, outro dando fé nas projecções feitas pelas Finanças, que sobre a taxa de 0,6 % o Município arrecadaria à volta de mais 12% todos os anos.

O tempo tem vindo a dar razão às nossas propostas, já que os valores recebidos Pela Câmara têm sido substancialmente superiores. Entende a Coligação Democrática Unitária que o executivo Camarário não deve continuar a penalizar os munícipes Albufeirenses, sobrecarregando-os com estas taxas elevadas.

Este ano a CMA vem defender para os prédios urbanos a taxa de 0,7 %, ou seja a mesma que os anos anteriores, enquanto para os prédio avaliados (CIMI) a de 0,47 %, praticamente idêntica ao do ano de 2005.

Tendo em conta o acima exposto, propõe a Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal de Albufeira que: a Assembleia Municipal vote a aplicação da taxa de 0,6 % para os prédios urbanos e 0,4 % para os prédios avaliados nos termos do CIMI, que será cobrada em 2007, relativamente ao ano que agora finda.

Albufeira, 20 de Novembro de 2006
O eleito da CDU na AMA

Fernando Neves

Presidente da Câmara - daquilo que ouvi aqui, apenas quero dizer umas palavras para que não se fique com uma ideia errada. É verdade que as verbas para os municípios vão diminuir. O concelho de Albufeira, no próximo ano, vai receber do Orçamento do Estado cerca de trezentos e sessenta mil euros, é um dado adquirido. Para além disso, nós ainda fizemos um esforço de reduzir as verbas, o que era 0,5 passamos para 0,47 e a estimativa dá-nos próximo dos trezentos cinquenta mil euros, isto no total de setecentos e cinquenta mil euros ou seja perto de cento e cinquenta mil contos. Os Senhores sabem também que 90% dos municípios do Algarve têm a taxa máxima de aplicação, 0,8% e 0,5%. Há três ou quatro Câmaras que não as têm, por razões que tem a haver com as composições das Assembleias Municipais. Também vos digo que acabaram os fundos comunitários, acabaram-se os empréstimos, acabaram uma série de apoios e fundos que as câmaras tinham capacidade de recorrer. Perante isto, fica a necessidade de continuarmos a construir creches e centros de dia, as novas acessibilidades, novos pavilhões desportivos, campos sintéticos, o reforço da limpeza global do concelho, as novas escolas do 1º ciclo, isto sem falar de outras questões necessárias no dia a dia. Felizmente somos uma Câmara que temos IMI e outros fundos. Aquilo que é preciso fazer e sem entrar em demagogia política apenas para vos chamar a atenção para questões que são reais que são estas: continua-se com necessidade de construir equipamentos necessários para o concelho, continua-se com necessidade de assumir compromissos na limpeza, o reforço no abastecimento de água, o reforço no saneamento, coisas que, seja o PSD, seja o PD, seja a CDU, no governo, têm de debater essa questão. Estando os fundos comunitários esgotados, o próximo crédito ser só para apoio a projectos intermunicipais reflectidos e com capacidade de estratégia regional e nacional, ou seja, há aqui dificuldades em encontrar verbas que possam dar resposta aquilo que são as necessidades. Outra questão que temos de ter em atenção: nós estamos num concelho de cinquenta mil habitantes e é sobre trinta e cinco que as verbas do Orçamento do estado vêm, mas nós temos de ter uma capacidade de resposta para trezentas e quatrocentas mil pessoas que vêm cá. Estamos a fazer um reforço nos depósitos de água, nas redes de saneamento, todas as questões que tem a ver com o encontrar soluções para que o concelho possa ter intervenções no âmbito da requalificação, porque é preciso melhorar os passeios, o iluminação pública, uma série de coisas, mas as receitas vão diminuindo. Não há aqui grandes engenharias financeiras, a não ser com a aplicação de taxas e aumento de tarifas, que outros concelhos já usam e nós ainda não. Embora eu possa entender claramente aquilo que são as propostas dos outros partidos, também vos queria deixar isto à reflexão porque parece-me que nos próximos anos as questões vão ter que ser faladas num contexto mais complicado. É isto que vos queria deixar aqui em cima da mesa e penso que há aqui situações que não vão ser só deste ou daquele partido, acho que são questões que devem ser vistas em termos concelhios. Mas o investimento que Albufeira vai ter que fazer, não é exactamente o mesmo que Alcoutim ou Monchique, com o devido respeito que nós temos por eles. A nossa resposta perante os munícipes que temos, os equipamentos, as necessidades, são diferentes de outros concelhos que não têm tanto IMI mas também não têm obrigações tão grandes em termos de

infraestruturas públicas. Apenas queria deixar isto como nota de reflexão, sem o intuito de contrariar as propostas apresentadas. -----

Vitor Neto - Para continuar a reflexão do Sr. Presidente gostaria de acrescentar alguns dados novos. É que nós estamos perante um desafio, Sr. Presidente. Não podemos continuar a viver e a gerir as nossas autarquias como geríamos até aqui e não podemos continuar sentados à mesa do Orçamento, o país tem as dificuldades financeiras que são conhecidas, também pelo seu partido, e por todos os portugueses. É reconhecido também que, não digo esta, mas muitas autarquias não gerem da melhor forma os seus recursos próprios e os que recebem do Orçamento de Estado e o desafio que temos diante de todos nós é, temos que dar um salto qualitativo na gestão dos nossos recursos. As autarquias não podem continuar só a reivindicar todos os anos um aumento automático das suas verbas, isso seria bom mas não vale já para este Governo, nem para qualquer Governo que venha. Portanto, esta reflexão tem que ser feita no sentido de racionalizar as nossas estruturas, a forma como funcionamos, como se faz nas empresas. As empresas têm as suas dificuldades e não podem pensar que vão continuar a pedir fundos aos bancos sem pagar juros, têm que devolvê-los. As autarquias vão ter o mesmo e nós temos de enfrentar isto com inteligência, com humildade e podemos enfrentar em conjunto, isto não é um problema partidário é um problema da nossa colectividade. Acrescento outra questão, Sr. Presidente: que ralação é que nós temos, cidadãos do Algarve, cidadãos de Albufeira, com os senhores empresários que vêm investir na nossa região, no nosso concelho e não reinvestem nada na nossa região, não pagam nenhuns impostos? Isto é só um território que é utilizado para fazer mais valias e que depois é abandonado e cabe à autarquia proporcionar a esses investimentos, limpeza, segurança, sinalética, as praias limpas, os esgotos e a água a funcionar. Nós temos também de ter um relacionamento diferente com as entidades que vêm investir na nossa região, um relacionamento de parceria, sério, não hostilidade, mas não podem ser só as nossas empresas que são aqui da nossa região, muitas vezes são desprezadas, desconsideradas, não são tidas em conta. É este salto qualitativo que nós temos de dar e digo-lhe mais, o Partido Socialista está disponível para este diálogo e enfrentar essa realidade. Este é um problema que não toca só ao nosso concelho, toca à região toda porque também não há uma entidade regional para se relacionar com estes investidores, tratam as coisas em Lisboa, muitas vezes chegam aqui os factos consumados e depois compete às autarquias responder a questões para as quais não estão preparadas. Também acho que não pode ser, por isso nós estamos disponíveis para colaborar nesse diálogo. -----

Miguel Mesquita - Eu acho que o Dr. Vitor Neto tem toda a razão no que diz, só tenho pena que seja já tarde, porque as grandes superfícies do Algarve neste momento sacam cerca de oitenta milhões de contos por ano. Agora já não podemos voltar a trás mas, mais vale tarde que nunca. Eu acho que há aqui um mia culpa que tem de ser debatido. Penso que agora as autarquias nada podem fazer perante esta realidade. Em conjunto, a AMAL, todos os autarcas, devem repensar nisso e se se unirem em torno dos grandes interesses estratégicos da região. Eu, como algarvio, gostaria de deixar aqui a minha posição. -----

Presidente da Câmara - Há aqui uma questão que o deputado Vitor Neto apontou e que eu não sei como é que era antes de tomar posse enquanto Presidente de Câmara, mas sei que depois de tomar posse houve muitas empresas que já existiam aqui, que acabaram por contribuir em algumas infraestruturas e equipamentos em termos de requalificação e rotundas. Neste momento posso dizer que aquelas empresas que estão a investir no Plano de Pormenor da Guia que está em vigor há alguns anos, as empresas que lá se localizaram estão a fazer um investimento na Guia num campo sintético. Acabei por os convencer a fazer um investimento de um equipamento que vai servir os miúdos da freguesia da Guia e que é um investimento substancial. É este tipo de participação das empresas que, tendo as sedes fora, mas que ao se localizarem cá e se houver apelo, alguma conversa, conseguimos compromissos de requalificação e apoio a instituições. Já há empresas que têm uma sensibilidade diferente e aceitam como boa sugestão essas opiniões. A própria mentalidade das empresas e aquilo que a legislação, embora possa não exigir, mas penso que tudo o que for equilibrado acaba por ser aceite e funcionar. Também concordo que há questões que têm de ser tratadas dessa maneira. -----

Francisco Oliveira - Só para completar e dizer que no fundo esta é talvez uma das razões por as quais no ponto anterior o Partido Socialista se absteve, porque, lá está, há aqui uma diferença do conceito de mudança de estratégia. É que não podemos, sabendo nós que as receitas vão diminuir agora, não tanto, mas em 2013 irão diminuir drasticamente, o conceito da estratégia que o Partido Socialista vem apresentado é, vamo-nos preparar para a redução das despesas que aí vêm e não pode ser no Orçamento de 2010/2011, quando estiver o 2013 à porta. É no fundo a ideia de interpretação do conceito, à que reduzir nas despesas porque efectivamente as receitas vão começar a cair e infelizmente em 2013, se não conseguirmos negociar outros quadros comunitários de apoio, elas irão cair drasticamente e aí os valores das receitas servirão pouco mais ou menos para pagar os custos correntes, esses sim que deverão ser reduzidos. -----

Adriano Ferrão - Também para completar, a bancada do PS começou por falar dizendo que era uma falsa questão que iria haver reduções por parte das verbas que vêm do Governo, agora, acabou por admitir que a final haviam as reduções. Depois, parece-me que o PS dá razão à lógica e aos valores implementados pelo PSD, dado que os municípios devem rever o seu método de gestão e angariar verbas necessárias para transpor as menores verbas que vêm do Governo, pelo que me parece que o executivo da Câmara está a fazer tudo por esta cidade e a população está bem servida. -----

Ricardo Silva - Quem ouviu o discurso do Presidente da Câmara parece que a Câmara despertou hoje, ou seja, de facto, vai cobrar mais. -----

Presidente da Câmara - Se a baixei este ano, como é que vou cobrar mais?! -----

Ricardo Silva - Tem vindo a aumentar desde que está na Câmara, há cinco anos. E não significa de qualquer forma um interesse global em que perspective investimento público e perspective Albufeira para o futuro, de facto, existem situações esporádicas. Você falou da requalificação, da iluminação, tanto há por fazer e enquanto cidadão não verifico da parte da Câmara um empenho total no sentido de inverter essa

situação. Dessa maneira, o PS faz a proposta relativamente às taxas que estão em cima da mesa. Tenho dito. -----

Fernando Neves - Eu só queria dar um esclarecimento ao Sr. Francisco Oliveira, membro desta Exma. Assembleia Municipal e não deputado porque deputado é na Assembleia da República, aqui somos membros. O Senhor veio fazer-me uma proposta no sentido de juntar as nossas propostas, eu disse que não aceitava e vou explicar o porquê. No Primeiro ano que apareceu o IMI, a CDU fez uma proposta com o mesmo valor no IMI e 0,5 no CIMI e o Partido Socialista nesse ano não apresentou qualquer proposta e votou a nossa que deu um empate técnico com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia, toda a gente se lembra. No ano seguinte, os Senhores abstiveram-se e de seguida apresentaram uma proposta vossa. Agora, apresentam uma vossa e propuseram que nos juntássemos porque as propostas são idênticas. Não aceitamos, porque há posições que vocês têm que não correspondem politicamente aquilo que pensam. Nós continuamos só com a nossa proposta, apesar de terem valores iguais. Quem apresentou de início uma proposta foi a CDU e não o PS. -----

Francisco Calhau - Parece que voltamos ao início da conversa. Confirma-se na realidade que vai haver reduções a nível do poder central. -----

Paulo Freitas - Gostaria de chamar à atenção da Assembleia Municipal para dois pontos. Esta proposta que a Câmara Municipal nos remete indica que desde o princípio à presente data terá recebido cerca de oito milhões em sede de IMI e dois milhões quatrocentos e quarenta mil em sede de contribuição autárquica. Este ano arrecadou o valor global de dez milhões oitocentos e quarenta e dois mil e sessenta cêntimos. Em período homólogo do ano passado tínhamos cerca de seis milhões em termos de IMI e quatro milhões e quinhentos mil em sede de contribuição autárquica, o que nos dava uma soma de dez milhões oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e noventa cêntimos. A Câmara Municipal, como reparamos nas propostas dos anos anteriores, têm tido o cuidado de equilibrar as receitas em termos de IMI e contribuição autárquica, para que não haja uma penalização mas sim um equilíbrio. Obviamente, esse equilíbrio tem vindo a reduzir as receitas da Câmara Municipal quer em termos de IMI, quer em termos de contribuição autárquica. Temos uma redução de ano para ano em cerca de 15 000 euros. Estamos a falar de uma redução superior a 10% em termos da taxa aplicada. E isto tem sido uma atitude realista por parte da Câmara Municipal, em baixar o imposto na medida do equilíbrio das receitas, quer no balanço entre a contribuição autárquica, quer o IMI e nunca fugindo às suas responsabilidade e é patente hoje aqui nesta Assembleia Municipal pelos pontos que votaremos a seguir, a criação de mais uma escola primária, a criação de mais uma escola C+S, o apoio a entidades. Não é uma questão demagógica, nem uma falsa questão, estas taxas e estes valores que aqui se encontram, são valores concretos que constam da contabilidade da Câmara Municipal, são factos concretos que podem ser apurados por qualquer munícipe que o queira fazer, inclusive os membros da Assembleia Municipal, são factos concretos e realísticos quer da parte da Câmara Municipal, quer desta Assembleia Municipal. O Partido Social Democrata terá todo o

gosto em apoiar uma politica de equilíbrio, que é o que tem vindo a ser feito pela Câmara Municipal e que nos trás aqui mais uma vez. -----

Euridice Vieira - Acabei por não perceber muito bem o que o membro Paulo Freitas tinha dito em relação aos impostos. Afinal, baixam ou não baixam? Não percebi a sua conclusão. Ainda em relação à taxa do IMI, uma das formas como a competitividade do território distingue-se, também é pela gestão tributária, como é tributado o património. Se o Sr. Presidente da Câmara diz que as autarquias do Algarve têm taxas semelhantes, uma das formas de atrair potenciais investidores seria baixar a taxa do imposto. Alguma vez isso foi pensado? Potencialmente, essa baixa de impostos, o que é que poderia atrair. Em relação às verbas: poderão baixar as verbas que vêm do Governo, parece que o total que tem sido cobrado em termos deste imposto não tem baixado, antes tem aumentado e a previsão também é para aumentar. Não percebo, se a previsão é para aumentar, qual a razão de dizerem que estão a descer as receitas. Estas contas, olhando a proposta que a Câmara Municipal apresenta, os valores que foram cobrados este ano em relação ao ano passado são muito mais. Tem havido um aumento, logo mais uma razão para baixarem as taxas. -----

Francisco Oliveira - Quero pedir desculpa pelo lapso. De facto a informação que tinha é que no caso da Câmara Municipal de Albufeira, não iriam baixar as transferências do poder central, se o Senhor assim o diz, acreditamos. Mas gostaríamos de deixar aqui um ponto, é que o Sr. Presidente fala de 375 000 euros e nós temos aqui um aumento de potencial de 4 000 000 euros. Mesmo que estivéssemos a falar de uma situação que, por um lado tivéssemos a redução das transferências do poder central, nós temos um aumento de quatro milhões de euros. Mesmo que se disse-se que era para combater esta situação, fica muito à quem daquilo que são as necessidades da redução que eventualmente possa vir a existir. -----

Presidente da Câmara - Em resposta à Dra. Euridice. Eu não disse que as nossas eram similares às outras, eu disse que as nossas eram mais baixas que as outras. 80% das taxas do Algarve estão no máximo e nós estamos abaixo do máximo. Aqui a competitividade, com estes valores, dá resposta, obviamente que esta diferença não é para compensar, o que nós precisamos do IMI é para fazer aquilo que todos precisam neste concelho, equipamentos sociais, tudo aquilo que à pouco referenciei. -----

Ricardo Silva - relativamente à discussão das taxas com outros concelhos, eles têm vindo a diminuir, porque sabem perfeitamente que as receitas têm aumentado drasticamente. E havendo uma pequena baixa de transferência do Estado e não havendo justificação para manterem aquelas taxas, têm vindo a baixar. Por isso, julgo que não seja justificação. De acordo, quando há pouco entrevi e fazendo agora um paralelo, à partida não se justifica o manter de uma taxa e o baixar de outra em 0,03%, porque não temos visto de facto a preocupação de investimento por parte da Câmara. Se continuarmos neste marasmo, em que não existem indicadores de investimento, claro que obviamente, é preferível entregar o dinheiro às pessoas, ou seja, fazer com que elas não paguem, o que faz com que as famílias fiquem com mais poder de compra e qualidade de vida, para fazer face às suas necessidades. Tenho dito. -----

Francisco Calhau - É apenas para dizer que não encontro os quatro milhões de euros. Encontro 8 292 000 de IMI, 2 400 000 de contribuição autárquica, e no período homólogo do ano passado seis milhões com quatro milhões, o que se traduz em valores de desvio muito pequenos, na casa das centenas de milhares e nunca de quatro milhões.

Adriano Ferrão - É só para sublinhar alguma dificuldade oftalmológica. A Câmara tem esse dinheiro, tem que manter esse dinheiro, leva obra semelhante e quando há pessoas que dizem que não vêm obras, não vêm piscinas, não vêm biblioteca, que são coisas tão grandes, só pode ser alguma dificuldade oftalmológica. -----

Presidente da Assembleia - Não havendo mais inscrições coloco à votação. Na votação tinha pensado inicialmente fazer uma alternativa em que no fundo são duas propostas, 0,7% para prédios urbanos e outra substituída por dois de 0,6%. Nos prédios avaliados nos termos do CIMI tenho uma proposta que diz 0,47% e duas que consubstanciam 0,4%. Mas já ouvi aqui que não aceita de forma alguma a unificação das propostas. Nós estamos aqui para deliberar, os fundamentos podem ser diferentes, mas as propostas? Deixo à consideração da Assembleia a forma de votação. -----

Fernando Neves - Já justificamos o porquê de não aceitar a unificação das propostas. É uma questão de política e coerência com aquilo que fazemos. -----

Presidente da Assembleia - Coloca a votação as três propostas por alternativa. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA C.M.A.: quinze votos favoráveis (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

PROPOSTA PS: oito votos favoráveis (08) - Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório. -----

PROPOSTA CDU: um voto favorável (01) - Fernando Neves. -----

Aprovada a proposta da Câmara Municipal por maioria dos presentes -----

Não estava presente na sala um membro, Francisco Guerreiro -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro

Ferro, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

Não estava presente na sala um membro, Francisco Guerreiro -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da versão final do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - A proposta que agora vem à Assembleia é apresentada já com as correcções que a Assembleia sugeriu e acrescenta somente um esclarecimento sobre taxas. O Partido Socialista sobre esta matéria vai abster-se. -----

Fernando Neves - Nós mantemos a versão do PS sobre esta matéria. Na altura votamos contra, apresentamos duas propostas ao Regulamento que não foram aceites. Na altura esqueci-me de dizer ao nosso colega Fernando Cabrita que a CDU fez uma análise desta situação, política e não jurídica. O Sr. Doutor disse na altura que juridicamente não se iria prever a privatização da água, no nosso entender a água é um bem público essencial, não deve ser de ninguém, deve ser de todos. Na altura o Doutor fez uma comparação com uma afirmação do Secretário-geral do Partido Comunista em relação a uma situação noutra autarquia relativamente a assunto. -----

Fernando Cabrita - Já não me lembro o que disse, mas não foi isso concerteza. -----

Fernando Neves - Eu fixo essas coisas. -----

Ricardo Silva - O Partido Socialista contribuiu, de facto, para o melhoramento deste Regulamento, de qualquer modo, como o Arq. Ferro proferiu pelas suas palavras, não vai de encontro com aquilo que pretendíamos na sua essência. É a nossa apreciação. ----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: sete (07) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Ricardo Silva e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não estavam presentes na sala dois membros, Francisco Oliveira e Francisco Guerreiro -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do reconhecimento de interesse público para o concelho de Albufeira da construção da Escola do 1º Ciclo do

Ensino Básico e da Escola Secundária de Vale Pedras - processo referente à desafecção de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN); -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - O Partido Socialista entende que se trata de um equipamento público, que não era previsível no planeamento há dez anos atrás, já que se trata de uma escola de ensino secundário. Há dez anos não era previsível o crescimento populacional escolar como hoje existe, para além de não estar previsto que viesse a ser acrescentado ao ensino obrigatório, o 12º ano. Justifica-se assim, que a escola que está aqui hoje a ser proposta não esteja integrada no planeamento urbano. Por isso, consideramos que é de boa justificação que se faça agora esta proposta e que se considere do interesse público a localização da escola em zona de Reserva Agrícola, para além de estar no perímetro da cidade. O Partido Socialista concorda com a proposta apresentada. -----

Fernando Neves - Estamos de acordo com a proposta, não temos nada contra. -----

Vereador Carlos Rolo - Não é só um terreno, nem só uma escola. São dois terrenos distintos para duas escolas distintas, uma do 1º Ciclo e outra do Secundário. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

Não estava presente na sala um membro, Francisco Guerreiro -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de interesse público municipal do Sistema de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - Mais uma vez terá que ser declarado o interesse público de mais um equipamento. Neste caso, não pode ser instalado em espaço urbano, significa que ele vai ser instalado em espaço rural, logo cai numa zona de Reserva Agrícola, depois há que desafectá-la. Mais uma vez concordamos com a solução proposta. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo

Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

Não estava presente na sala um membro, Francisco Guerreiro -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação da declaração de utilidade pública para o concelho, da actividade de fabrico de bolos e doces regionais em Ataboeira - Guia; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - Estes casos que vamos apreciar agora são questões do interesse privado e da actividade privada. Pode-se depois vir a colocar precisamente quanto? Nós reconhecemos que no caso da fábrica de bolos, ela já existe é uma ampliação e portanto cai sob Reserva Agrícola. No caso da creche e do jardim-de-infância, são independentes e embora privados vêm responder às necessidades da população no que diz respeito a equipamentos sociais. De facto, temos vindo a alertar o município que há carências de equipamentos sociais e que é necessário investir mais nesta área. -----

Presidente da Assembleia - Agradecia que se cingisse apenas ao ponto em discussão, depois, nos restantes, terá oportunidade de cingir-se sobre essa matéria. -----

Pedro Ferro - Completo seguidamente. -----

Francisco Oliveira - Relativamente a este ponto e apesar de ser muito guloso, não é uma questão coerente que me preocupe. A única coisa que me preocupa, é a eventual canalização da concessão do interesse público para outros fins. Ou seja, diferentemente dos pontos seguintes, estamos aqui a falar efectivamente de uma equipamento com outras características e portanto, sem ter nada contra e aliás desconhecer quem são as pessoas em causa, a única questão que aqui colocaria era, até que ponto é que este conceito de interesse público municipal poderá vir a ser utilizado no futuro, de forma mais ou menos flexível, pondo eventualmente em causa o valor, banalizando este conceito. -----

Paulo Freitas - Relativamente a este ponto, convém esclarecer duas ou três questões. Primeiro, trata-se de uma construção existente e esta declaração de utilidade pública tem em vista a desafecção à Reserva Ecológica Nacional de uma pequena área que é da ampliação da construção existente, que em nada vem prejudicar, quer os interesses da Reserva Agrícola, quer o interesse concelhio. Mais, iniciamos praticamente esta Assembleia a falar da defesa do interesse concelhio, das actividades concelhias na protecção dos comerciantes locais, a Câmara demonstra essa preocupação e não está aqui em questão o interesse privado, mas sim a actuação de um interesse colectivo relativamente a esta questão. -----

Fernando Neves - São três pedidos no mesmo sentido. O primeiro, do Sr. Faísca, é um pouco diferente, no meu ponto de vista, porque fábrica de bolos há muitas, a "Oura Doce" também faz bolos bonitos. Nós sabemos que no concelho de Albufeira há muita

gente que quer fazer uma casa para morar, num terreno seu, para evitar de comprar um apartamento, e não consegue. Posso citar pessoas que têm terrenos na situação de metade agrícola e outra não, mas que não pode construir. Neste caso, acho um pouco individualista. Não pondo em causa a justeza ou a não pretensão da pessoa, pode-se abrir de facto aqui um precedente futuro em relação a estas situações. Se me disserem que a Câmara de futuro vai ver a questão de outra maneira e não vai opor dificuldade às pessoas que querem construir uma casa mas que está em Reserva Agrícola. As outras pessoas ainda não se lembraram de pedir à Câmara para declararem utilidade pública municipal. Talvez nós venhamos interceder perante essas pessoas para pedirem utilidade pública municipal para construírem a sua casa ou ampliar a que lá têm. É um pouco complicado falar da questão separadamente, porque se me disser que os outros pedidos têm a sua razão de ser, não têm também. Não têm investido na Acção Social. Mas esta é um bocado diferente, nós até votaríamos favoravelmente esta questão, se de futuro não houvesse precedentes. Estou-me a lembrar, aqui bem perto, a situação junto à Praça de Touros, Reserva Agrícola, e a Câmara por um acordo que fez com os donos do terreno prometeu, penso não estar enganado, rever o PDM para autorizar aquela cidade que está ali construída. Não é RAN? -----

Presidente da Câmara - Não é isso. -----

Fernando Neves - Eu estou a colocar a questão, o Senhor elucida-me se é assim ou não. É um exemplo. Eu penso que estas situações podem abrir precedentes em relação aquelas pessoas que estão com dificuldades. Fala-se muito na desertificação do interior, é uma questão concreta e não se dá abertura a pessoas que querem construir uma casa no seu terreno para continuarem onde estão. Isto não é fácil de avaliar e decidir. Nós até seríamos favoráveis se houvesse uma abertura para outras situações. Conforme vão tendo conhecimento dessas situações, vão passando a palavra a outras pessoas, para virem à Câmara pedir também utilidade pública municipal. -----

Presidente da Câmara - Quero esclarecer o Sr. Fernando Neves sobre a questão que levantou, para que não haja dúvidas. Aquilo que está ali perto da Tourada é um alvará de loteamento que tem seguramente 15/16 anos, ao qual foi feito um aditamento. Esse aditamento começou em 2001/2002, o qual foi confirmado e foi feito depois com a cedência do proprietário daqueles terrenos para a cedência dos armazéns municipais. O que ficou no protocolo foi, no âmbito de uma futura alteração do PDM, futura alteração do Plano de Urbanização, uma determinada área que se encontrava em enquadramento rural, a possibilidade de, se for o caso, de aceitação no âmbito do Plano de Urbanização, quer pela Câmara, Assembleia Municipal e CCDR, não _____ que a Câmara viesse a pagar o valor do terreno. Ficou logo definido. Que fique claro. O que está construído está dentro de um alvará de loteamento, da data que referi e que foi depois objecto de aditamento. Posso depois explicar-lhe com mais pormenor, mas que fique claro que não era reserva agrícola, sempre foi zona urbana dentro do âmbito do alvará de loteamento e chega precisamente à ribeira onde faz a separação. A ribeira é REN. É uma faixa de protecção da ribeira. Estamos a falar de coisas completamente diferentes, não haja qualquer dúvida sobre isso. -----

Ricardo Silva - Há que equacionar esta questão com bastante cuidado porque, de facto, como já aqui foi dito, criam-se precedentes que poderão se tornar complicados, muitos mais casos idênticos existirão no nosso concelho. Nesse sentido, julgo que devemos tomar uma abertura muito cuidadosa sobre esta questão. -----

Euridice Vieira - Ainda em relação a este pedido, parece-me muito vago. Não percebemos o que existe, o que vai ser construído. É um pedido de utilidade pública de uma ampliação para fazer bolos, mas não há mais nada. -----

Presidente da Assembleia - É um facto, que o pedido aqui é pouco esclarecedor, no fundo pede-se em relação a uma área urbana já construída e eu aceitando e vendo que havia generalidade no pedido, fiz com que o processo da Câmara Municipal descesse ao Gabinete da Assembleia Municipal e esteve lá à disposição de todos os membros para consultarem qual era a pretensão. Tanto quanto me foi dado ver, na altura consultei o processo e cada um tem a sua responsabilidade, mas a ideia que ficou, também não sou muito bom a ler projectos, que se trata de um prédio urbano em que há uma pequena ampliação, cerca de 50/60m, não me recordo muito bem posso estar enganado, vale o que vale, é o que tenho agora de memória. Mas ficou na Assembleia à disposição de todos. -----

Presidente da Câmara - Este processo, tive contacto com ele há pouco tempo e o que sei é que são pessoas da Guia, residentes na freguesia e que se dedicam essencialmente a confeccionarem produtos tradicionais, inclusive tenho-os visto nas festas do Frango, em festas da Aldeia da Solidariedade. Os produtos que fazem, diria que são ainda dos nossos sabores. Vale o que vale, como devem entender, mas o que me parece é que não podemos comparar aquele tipo de equipamento e tipo de fabrico, à "Oura Doce" ou à "Riviera". É uma família de cá, empresa familiar, está situada ao pé do café "Pinheiro". No âmbito das exigências da qualidade e para que as coisas possam funcionar, tiveram de fazer uma determinada área para cumprir as regras. O que está aqui em causa é uma coisa muito simples: é a continuidade da actividade ou o fecho. Se haver a possibilidade de terem parecer do Ministério da Agricultura, ficam com as coisas legalizadas, se não haver, não têm condições de continuar a produzir um produto que é essencialmente tradicional, com base no figo, amêndoa, alfarroba, gila, naquilo que é nosso. Esta é a história. São pessoas de cá, famílias conhecidas, não há aqui nada escondido. Normalmente, a Agricultura costumava não dar parecer, considerava já estar lesado, agora a declaração de interesse municipal já não é suficiente, tem de ser interesse público, quem pode dar resposta é a Assembleia Municipal, logo eles terem recorrido à Assembleia Municipal. É tudo o que tenho para vos esclarecer. -----

Vitor Neto - Acho que devemos aprovar isto, o método é que está errado. Ao dizer não, se calhar estamos a cometer uma injustiça. Que isto não é claro e que outros o podem utilizar para outros fins também é verdade. Provavelmente, o problema é na informação que teve disponível mas que não fomos consultar. Acho que se deve aprovar, não vamos ficar com o problema de consciência de que a doçaria tradicional do Algarve morra. Agora que está mal, está mal. -----

Francisco Oliveira - A questão é muito simples, volta-se ao princípio que é abrir um precedente. Esta situação pode, de facto, levar com que outras pessoas venham pedir,

e com que argumentação mais tarde se possa vir a dizer que não relativamente a descrição? O Partido Socialista não tem dificuldade em aprovar, o único drama é abrir precedentes. -----

Fernando Neves - É para confirmar que os processos estavam à disposição dos membros da Assembleia no Gabinete da Assembleia Municipal, todos receberam a informação na convocatória. Eu, de facto, estive aqui uma tarde a consultar algumas coisas, apesar de ser um leigo na matéria. E esta preocupação também nós temos, os precedentes que se vão abrir em relação a esta situação, para pessoas que possam utilizar isto para chegarem ao fim que desejam. Tem havido uma grande barreira em relação a esta questão. Como já disse, vou votar favoravelmente, mas com esta preocupação de futuro. Será aprovado naturalmente, aqui é ao contrário da Assembleia da República, aqui têm vocês a maioria, lá têm eles. -----

Presidente da Assembleia - Agradecia silêncio na sala, o Sr. Neves está a falar. Se quiserem falar, ninguém vos impede de irem até lá fora ao corredor. Cá dentro agradeço silêncio, respeitem as pessoas que estão a falar. Obrigado. -----

Fernando Neves - Eu reforço a posição em relação a esta situação, que não é a primeira vez, penso que não se deve repetir, as pessoas se querem falar vão lá para fora. Para concluir: esta é a preocupação que a CDU tem em relação a isto. Naturalmente que, se for aprovado, nós ao termos conhecimento de outras situações, iremos incentivar para que também venham aqui pedir o interesse municipal. Vão aparecer muitos casos destes, com certeza. -----

Francisco Calhau - A questão que se colocou à volta de todas as dúvidas que se têm levantado, tem a ver com o seguinte: há uma constatação, a construção existe, a actividade existe e o que se está a pedir é um pequeno acréscimo à construção que já existe, provavelmente para melhorar a actividade em termos de qualidade. Acho que aí a autarquia desempenha um papel importante quando dá uma autorização, sem por em questão as preocupações que se têm manifestado relativamente ao precedente. Mas, de qualquer maneira, não é provável que a partir daí se façam construções novas, até porque tanto quanto nos é dado saber estas ampliações, têm um limite máximo permitido em termos de percentagem sobre a área edificada. -----

Presidente da Câmara - Actualmente não. -----

Francisco Calhau - Actualmente não têm?! -----

Presidente da Assembleia - Eu não costumo intervir. Nem gosto, mas eu concordo com o que ouvi aqui genericamente, isto sempre em regime de excepção e que devemos ter em conta esse regime e não banalizar este conceito. Como regime de excepção que é, o que está aqui em causa não é uma edificação nova em espaço rural, trata-se da ampliação para determinado fim. A minha questão também é, em termos de excepção, os próprios membros da Assembleia, se não quiserem tomar hoje uma deliberação, poderemos agendar uma visita para ir às instalações para ver se coaduna, se é uma fábrica que merece ser acarinhada por todos. É uma das hipóteses. Outra hipótese, é ver que de facto, como já foi aqui mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, trata-se de uma ampliação, é para determinado fim específico, a sua licença deverá ficar condicionada a este fim específico. Digo com toda a franqueza, não me causa pudor

nenhum, em terrenos que estejam libertos. Em relação a coisas que são mais ou menos urbanas junto á EN125, uma ampliação, aí o meu pudor vai um bocado pelo canudo. Também chegaram ao cúmulo de tudo ser Reservas. Ali não faz muito sentido falar-se de Reservas Agrícolas de 500/600 m. Isso não é nada, quem faz essas Leis deveria ser condenado a viver desses 500 m, a plantar favas e ervilhas, gostava de saber qual o primeiro que sobrevivia. Mas, cada um tem a sua sensibilidade, aqui a nossa declaração também vale o que vale, é um mero elemento instrutor do processo, nada mais. A nossa responsabilidade também é muito limitada nessa área., não vamos aprovar nem licenciar nada, definitivamente. Reconheço que é um mecanismo excepcional, não deve ser banalizado. -----

Fernando Cabrita - Praticamente não vou acrescentar nada de especial. A mim não me repugna muito, na medida em que se trata de uma actividade que já existe e há bastante tempo. A questão que aqui se coloca é que as pessoas são enlatadas entre os requisitos que são exigidos através dos organismos que os tutelam. Provavelmente põem aqui a satisfação de alguns requisitos, existência de uma sala, mais uma casa de banho, mais um posto de venda. Há de facto, poderes e imposições desses organismos, da Direcção regional da Economia, que leva a com que as pessoas se não satisfazerem esses requisitos, terão de encerrar, pareceu-me ouvir isso por parte do Presidente, e portanto estamos a contribuir para extinguir, também, uma coisa que sempre existiu, antes desta nova legislação. É evidente que se fosse uma coisa de raiz, que se tratasse de aprovar uma fábrica em sítio que não está destinado para esse fim, era diferente. Não há que confundir as coisas. Evidentemente que aqui o problema da habitação, que é um problema grave, que não se compreende como um pai de família não possa destinar um pedaço do seu património e fixar uma casa para o filho, é um problema que não deixo de reconhecer que está mal calculado e nisso dou razão ao meu colega de Assembleia, neste caso concreto não me repugna nada aprovar esta situação, trata-se de construir para o prosseguimento da actividade desta unidade, que eu não conheço e, portanto acho que se deve votar, embora seja com carácter excepcional. Já discutimos, já foi bastante polémica esta questão. Deve a situação ser realmente premiada e por isso voto à vontade favoravelmente. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Pedro Ferro -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação da declaração de utilidade pública para o concelho, da instalação de equipamento infantil, Creche e ATL, em Vale Carro - Olhos d'Água; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - Como ia dizendo à pouco, estes problemas dos equipamentos, dos interesses privados, que se devem enquadrar nas malhas urbanas, estão por falta de uma gestão adequada e mais periódica, acompanhando o desenvolvimento do município, ter de ser instalados nas periferias, em espaços rurais e ter de vir aqui abrir uma excepção. Podem estar justificadas por outras necessidades, mas que não são uma forma correcta de fazer gestão urbana. Muito desenvolvimento e crescimento urbano tem sido feito e sido apreciado exclusivamente à luz daquilo que são os artigos dos regulamentos, não daquilo que são as necessidades do desenvolvimento urbano do concelho, nomeadamente no que diz respeito a equipamentos privados. Ou seja, os promotores respondem aos índices, aos Regulamentos que obrigam às cedências de equipamentos públicos, mas não dão resposta às necessidades dos equipamentos privados que o concelho carece. E isso não passa só por uma análise que se limita à questão do cumprimento da Lei, passa também por uma acção mais actuante da parte da Câmara Municipal, para que depois não tenhamos de estar aqui a fazer apreciações à margem da Lei. E por forma a não estar a abrir portas, porque se amanhã se nos aparecer aqui uma oficina de calçado regional a ser instalada em espaço rural, nós abrimos a porta, se amanhã nos aparecer aqui um escritório de advocacia para dar assistência a pessoas carenciadas e idosos, nós abrimos a porta. Qualquer ramo de actividade, desde que venha com um aspecto social, abrimos as portas e a gestão urbana fica penalizada e nunca mais temos ordenamento adequado. Este é o problema que pretendia alertar e para a necessidade de outro tipo de gestão urbana. -----

Euridice Vieira - Sobre este pedido que é feito diz que é para crianças de um ano de idade, numa creche as crianças podem ir mais cedo. As actividades de creche e ATL, para terem viabilidade, é necessário um grande número de crianças. Com as actividades de enriquecimento curricular, os ATLs praticamente não se justificam e uma creche, sozinha, para ter viabilidade é muito difícil, porque aquilo que é exigido pela Segurança Social para este tipo de equipamento, são exigências muito grandes que torna um bocado inviável uma actividade destas em termos privados. Parece-me que, não conheço esta situação e não queria estar a levantar suspeitas, mas utilizar creche e ATL, apesar de serem necessários equipamentos para as crianças, todos nós sabemos, também é um argumento fácil para ampliar uma construção. Parece-me pouco razoável hoje, do ponto de vista económico, a construção de uma creche e ATL. -----

Francisco Oliveira - Uma pequena pergunta ao Sr. Presidente, porque não tive possibilidade de consultar o processo. Estamos a falar de uma construção já existe ou uma construção que quer ser alterada ou aumentada? No caso concreto anterior, tratava-se de um aumento, esta não sei se é nova ou alteração. -----

Fernando Neves - É uma moradia que está no Plano Director Municipal e é um terreno de uso agrícola também. -----

Presidente da Câmara - Vou tentar ajudar. São duas situações, embora com o mesmo pedido, têm algumas diferenças. A primeira de Dina Rodrigues, é uma casa de habitação que deve ter mais ou menos vinte e poucos anos de construída e ela pretende pegar na casa, fazer as adaptações necessárias, fazer uma pequena ampliação de acordo com as regras da segurança Social e que estas valências exigem de modo a que possa fazer esse equipamento. É equipamento privado em zona agrícola e portanto, para a Agricultura fazer a desafecção entende que é necessário este documento. A ampliação deve ser cerca de 30/40 m². Aumenta o espaço de quintal e como sabem no PDM os quintais são agrícolas. Fica na Pata. A outra situação, é na zona das Sesmarias. Esta, o que precisa praticamente é por os equipamentos de ar livre, de apoio (escorregas, etc.), quase não precisa ampliar a casa, mas como está em zona agrícola, obviamente tem de seguir a legislação. A Câmara entende que, para além do esforço que está a fazer nos equipamentos sociais e creches, nomeadamente está a construir uma creche na Quinta da Palmeira e está prevista mais uma nos Olhos d'Água, mas depois também vai ser difícil de gerir porque não podemos contratar pessoal para fazer essa gestão e rentabilização, e se quer os privados quer instituições de solidariedade social têm possibilidades de se candidatarem ao programa PAG, enquanto as Câmaras Municipais não têm, é tudo uma questão de procurarmos que haja uma oferta global, seja privada, seja instituições, seja da Câmara. A Câmara está a fazer o seu trabalho e de acordo com os seus projectos. As instituições estão a apresentar projectos concretos para lares e outros afins, os particulares querem apresentar também essas candidaturas, se são rentáveis ou não, é uma questão de gestão empresarial. Se é preciso fazer creches e desde que tenham todas as regras definidas no âmbito do regulamento de segurança, tudo aquilo que é apreciado pelos serviços da Câmara, pelos bombeiros, Segurança Social, Saúde e se todos os pareceres forem positivos, não nos importamos que seja privado, é preciso que ela funcione de acordo com as regras que estão estipuladas e são mais vinte ou trinta crianças que passam a ter apoio. -----

Pedro Ferro - Queria colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. O Senhor mencionou aqui, a dificuldade que haveria às creches, depois, a arranjar pessoal e a facilidade que os privados têm em obter fundos para a instalação de creches. Pode-se ou não fazer parcerias publico-privadas no que diz respeito à construção e gestão? Já foi posta a hipótese deste tipo de parceria? -----

Presidente da Câmara - Neste momento os processos que temos em termos de candidaturas e daquilo que é a gestão, pode ser publico-privada, mas no concelho não temos nenhum. Aqui temos duas questões: a Câmara tem feito os equipamentos e depois tem feito protocolos de celebração com Instituições de Solidariedade Social no sentido de fazerem a gestão desses equipamentos, porque em termos da contabilização de técnicos qualificados para os equipamentos, como sabe, através do Orçamento Geral do Estado, não temos condições para o fazer e, ainda não utilizamos nenhum sistema de publico-privado. As autarquias estão completamente impedidas de se candidatarem a quaisquer fundos no âmbito do Programa PAG e de outros programas da Segurança Social. -----

Pedro Ferro - Já pôs a hipótese de se recorrer ao recurso do publico-privado para ultrapassar esses problemas da contratação técnica? -----

Presidente da Câmara - há uma coisa que tem sido feita mas que agora não é altura de o fazer, como sabe, são as empresas municipais, para fazer exactamente a gestão desses equipamentos. Empresas municipais essas, que neste momento está à espera da legislação que define exactamente todas as regras e normas de maneira a evitar os erros e retirar todas aquelas que foram colocadas e até objecto de algum exagero por parte das autarquias em determinados procedimentos. -----

Pedro Ferro - Estamos assim interessados num sistema de gestão diferenciado para fazer gestão participada, isto é, juntar esforços que este sistema tem que é os equipamentos com as potencialidades que o gestor privado tem de gerir e contratar pessoas. Digamos, fazer um acordo, não gestão em termos municipal, mesmo uma pareceria. -----

Presidente da Câmara - mas, enquanto houver no concelho este tipo de instituições de Solidariedade Social que dêem garantias e que possam fazer esse trabalho, eu ainda prefiro trabalhar com as Instituições do que com privados na gestão desses equipamentos. -----

Presidente da Assembleia - Se bem percebi, trata-se de prédios urbanos, um com uma ampliação e outro de arranjos exteriores. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Pedro Ferro e Euridice Vieira. -----

Votos a favor: vinte e quatro (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não se encontrava na sala um membro, Vitor Neto. -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação da declaração de utilidade pública para o concelho, da instalação de equipamento infantil, Creche, Jardim de Infância e ATL, em Sesmarias - Albufeira; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Pedro Ferro -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, -----

Helder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. ----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não se encontrava na sala um membro, Vitor Neto. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de organização dos Serviços Municipais, ao Organograma e ao Quadro de Pessoal do município de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. Houve um pequeno lapso de escrita no documento, numa categoria da proposta inicial estariam três níveis e afinal só são dois, mas o número de pessoal mantém-se. -----

Francisco Oliveira - Relativamente à questão, o que preocupa a bancada do Partido Socialista não é a agilização do próprio Regulamento, nem que ele efectivamente esteja em concordância com a realidade, o que nos preocupa mais uma vez é que contabilizando o numero de ATPA, nós temos aqui um aumento de cento e onze lugares. Mais uma vez manifestamos a preocupação de que, como aumento de tantos lugares, eventualmente até possam ser necessários, estamos a aumentar a despesa corrente. Mais uma vez, nesta perspectiva, estamos a criar custos. Criando custos, se calhar temos de aumentar as receitas e voltamos outra vez à questão central que é a de equilibrar a gestão orçamental e equilibrá-la de uma perspectiva de não aumentar os custos correntes. Volto a referir que em 2013 vamos deixar de ter os fundos comunitários, nessa altura cerca de 25% do orçamento deixará de existir e poderá implicar com o crescimento do funcionários e despesas correntes, tenhamos pura e simplesmente um orçamento para pagar funcionários e despesas correntes e um investimento relativamente reduzido. Mais uma vez alerto a Câmara Municipal para os riscos que se poderão correr nessa perspectiva e para a necessidade de gestão equilibrada. -----

Ricardo Clemente - Para quem no passado tinha um discurso de que a Câmara Municipal tinha excesso de pessoal, vem agora prever uma situação de crescimento. Aí dá para perceber a necessidade da receita, ela de facto existe para fazer face aos custos correntes que se prevêem gastar. Acho que deveremos ter algum cuidado acrescido, porque o que se pretende realmente é, custo de capital para que projecte Albufeira a médio e longo prazo. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro e Ricardo Silva. -----

Abstenções: três (03) Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Fernando Neves -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Helder

Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não se encontravam na sala dois membros, Vitor Neto e Fernando Cabrita. -----

Francisco Calhau - Preocupa-nos a continuação da reunião amanhã, para discutir um ponto tão importante que fica por debater. A tomada de posição da Assembleia Municipal sobre o PROTAL é um ponto sensível, sobre o qual se deveria ponderar e tentar procurar uma situação de consenso. Nós propomos que seja criada uma comissão, que se reúna de urgência, já amanhã, para encontrar uma proposta de consenso com base em documentos que tem. De qualquer maneira, a Assembleia tem que ter uma posição, deverá manifestar uma posição e nesse sentido, essa comissão poderia trabalhar já a partir de amanhã, nessa reunião, no sentido de em tempo útil se obter uma posição que fosse consensual relativamente a um ponto que praticamente todos estamos em desacordo. Tentar procurar uma redacção que toque nos pontos essenciais que têm que ser focados por esta Assembleia. É esta a nossa proposta. -----

Presidente da Assembleia - Quero recordar que, havendo esse adiamento, que tem de ser feito em tempo útil até ao final deste mês, que é quando termina a discussão pública. -----

Fernando Neves - Amanhã não estou cá, estou ausente de Albufeira até ao final da semana. Também é apenas uma reunião de trabalho, poderei fazer chegar cá, amanhã, a posição da CDU relativamente ao assunto. -----

Pedro Ferro - Nós não entendemos a proposta por parte do PSD, da criação de uma comissão, visto que ao longo de todo o processo nunca se procurou um consenso e agora em cima da hora é que querem um consenso. É muito em cima do prazo. Já na última Assembleia Municipal, deixou-se a ideia de se fazer uma sessão de trabalhos para melhor se esclarecer a questão do PROT, porque havia dúvidas, nomeadamente no aspecto técnico, essa sessão não se chegou a realizar. -----

Francisco Calhau - Mantemos a nossa proposta da comissão. Cada partido nomeia um membro para representante e o mais tardar na próxima segunda-feira temos a continuação desta sessão. -----

Fernando Neves - Nós, da nossa parte, vamos já despachar a nossa posição sobre o PROT. Da análise que fizemos do PROTAL, embora concordamos com algumas situações, na globalidade, somos contra. Aliás, não se vai resolver nada. A CDU define já aqui a sua posição, nós somos contra o PROTAL na sua globalidade. -----

Presidente da Assembleia - Tenho aqui uma proposta na mesa que está à discussão. Inscrições?! -----

Fernando Neves - Na minha opinião acho que houve uma despreocupação, a partir da última Assembleia que foi realizada, salvo o erro, no Auditório, porque estamos em cima do tempo, que é o final do mês, para apresentar documentos em condições. Acho que houve um desinteresse, sem querer ferir alguém, é a minha opinião. Se bem me recordo, há 10/12 anos atrás, houve várias reuniões, algumas públicas, para discussão do PROT. Acho que o Dr. Carlos também cá estava. -----

Presidente da Assembleia - No PROT não. Estava cá comigo mas não foi para discutir o PROT, foi o PDM. O PROT não foi discutido em Assembleia. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Acho que deveria ter sido discutido com mais eficácia e várias vezes, para chegarmos a alguma conclusão, dizendo eu que estou de acordo com as propostas que a Câmara Municipal tem feito, mas não é o suficiente e eu queixo-me porque a freguesia de Paderne continua a ser penalizada. Não tive tempo e também não o compreendo muito bem porque não sou técnico, mas daquilo que li dos documentos que me enviaram e outros que retirei da Internet, tinham seiscentas e duas páginas, tive o cuidado de ver muitas coisas que não concordo. Falo em termos de Paderne porque continua a ser penalizada, embora estando referenciadas cem camas, o Museu do Barrocal e possivelmente nova via do Infante, mas isso é uma situação a verificar melhor, desconheço um pouco o sentido daquela linha, o Presidente da Câmara pode-me elucidar melhor. Em termos gerais, Paderne fica mais penalizada do que está, porque as ponderosas deixam de existir, onde havia alguma hipótese de um casal ou outro ser satisfeito. Para fazer uma vivenda em Paderne tem de ter dois hectares e meio de terreno. -----

Presidente da Assembleia - Dois ou doze? -----

Presidente da Câmara - Doze. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) - Sinceramente fico triste, porque não se debateu o assunto com mais pormenor, mais vezes e mais dar a conhecer à população. As pessoas ainda não raciocinaram bem isto, como aconteceu com o PROT, portanto estamos aqui todos ceguetas. Eu pelo menos daquilo que li e tenho falado com os técnicos, ficamos piores do que estávamos. -----

Presidente da Assembleia - Disso não tenho grandes dúvidas., Mas ainda não abri este ponto à discussão, temos uma proposta antes que é, ou se continua a reunião amanhã, ou se continua de hoje a oito dias e faz-se a reunião da comissão amanhã. É isto? -----

Francisco Calhau - Transformar a reunião de amanhã numa reunião da comissão. -----

Presidente da Assembleia - E colocar esta reunião de hoje a oito dias. Vou colocar a votação esta proposta. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: sete (07) Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro e Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não se encontravam na sala dois membros, Vitor Neto e Fernando Cabrita. -----

Presidente da Assembleia - Portanto, amanhã todos os partidos estão convidados a vir cá participar na reunião e depois a comissão decidirá. Cada partido elege o seu representante, um ou dois. Sem necessidade de mais convocatória, esta Assembleia

continua de hoje a oito dias, para debater a questão do PROTAL, com uma ou mais propostas. -----

Francisco Calhau - O objectivo é obter uma proposta conjunta. -----

Presidente da Assembleia - Dia vinte e sete a continuação da reunião da Assembleia e dia vinte e oito o documento segue em mão para a CCDR. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, cerca das 24:40 horas, que continuará no dia 27 de Novembro de 2006. -----





Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2006

Acta n.º 10

(CONTINUAÇÃO - 27 DE NOVEMBRO DE 2006)

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:47 horas, no Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, para dar continuidade à sessão de vinte de Novembro de dois mil e seis por convocatória de oito de Novembro. -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Euridice Eugénia Mendes Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, os Presidentes das Juntas de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e António Gonçalves. -----

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa. -----

SUBSTITUIÇÕES: O Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira fez-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia Marcos Manuel Madeira Bila. -----

Havendo quórum (vinte e três presenças), o Presidente da Assembleia inicia a sessão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal inicia a reunião apresentado o 13º ponto que ficou por debater na reunião anterior e passa a palavra aos membros da Assembleia. -

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Tomada de posição da Assembleia Municipal sobre o PROTAL. -----

Francisco Calhau - Nós temos uma proposta de tomada de posição que se baseia essencialmente no documento que estivemos a analisar, na versão final do PROTAL que foi proposto e em todas as informações e relatórios técnicos que foram sendo elaborados ao longo do tempo pelos serviços da Câmara Municipal e pelas posições que

o Sr. Presidente da Câmara também tomou ao longo do tempo de discussão, até se obter esta versão final. Somos críticos, naturalmente, em relação a esta versão final. Estou a tentar fazer um resumo daquilo que vou ler e portanto, reforçamos a posição que o executivo tomou relativamente às preocupações que esta proposta de PROT representa para o nosso concelho e, sintetizando um conjunto de pontos que aqui tentamos resumir esta nossa posição e as nossas posições. Passo a ler (doc1). -----

PROPOSTA (A)

TOMADA DE POSIÇÃO DA BANCADA DO PSD
RELATIVAMENTE AO
PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE
PROTAL

Terminada que está, a fase de Discussão Pública da versão final da Proposta do PROTAL apresentada pelo Centro de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve – CCDRALG, importa cruzar o seu conteúdo com os diferentes relatórios produzidos pelos técnicos da Câmara Municipal de Albufeira-CMA e avaliar até que ponto as críticas e solicitações de alterações feitas ao plano, foram de facto atendidas.

A actividade turística continua a ser a principal fonte de receita da região do Algarve, a qual tem beneficiado da divulgação e promoção da imagem de Albufeira, enquanto seu principal destino turístico.

Com efeito, Albufeira continua a ocupar um lugar de destaque na região, conforme se pode constatar através de alguns indicadores: 33% dos estabelecimentos hoteleiros, 41% da capacidade de alojamento, 40% das dormidas e 32% das receitas geradas nas unidades hoteleiras da região. Note-se que a relação existente entre a capacidade de alojamento e o número de dormidas é bem revelador da atractividade de Albufeira, a qual é confirmada pelo crescimento demográfico revelado pelos dados do último Censos, representando o concelho de Albufeira perto de 15% da população do Algarve.

Desempenhando a actividade turística um papel estratégico nesta proposta de plano, agora em discussão, e face aos indicadores atrás referidos, não se consegue entender porque razão o concelho de Albufeira é relegado para um plano secundário no modelo de desenvolvimento territorial agora proposto. De facto, é inexplicável que, tal como é referido no relatório de Julho de 2006, produzido pela CMA, numa região predominantemente turística, o modelo territorial proposto para esta se alheie da sua principal actividade e do seu principal destino.

Tal só é possível, em nosso entender, se estivermos perante uma proposta de plano ainda mais restritiva do que o actualmente em vigor, relativamente a actividades que

f.

possam depender da expansão e/ou do desenvolvimento de novos núcleos urbanos. A verificar-se, isto é preocupante e agrava ainda mais os desequilíbrios existentes entre as cinco freguesias do concelho, em particular relativamente à de Paderne, em que as novas restrições vão levar à sua desertificação.

De facto, o pensamento actual, por contraponto aos erros do passado, pretende ver um Algarve requalificado, apostado na qualidade, com preservação da natureza e dos recursos naturais, mas não é com este tipo de planeamento que se pode almejar tal objectivo, porque desde logo se remete tal para os grandes empreendimentos, apenas, com rejeição genérica de possíveis empreendimentos menores, de qualidade e personalizados, a realizar pelos naturais, nas suas propriedades rústicas.

A unidade maior de cultura no Algarve é de **5 hectares**, prevista para os terrenos de cultura de sequeiro e sabe-se que, regra geral, é maioritariamente de dimensão inferior. Nunca um Plano deve deixar de ter em conta que, se o desenvolvimento pode ser feito por grandes projectos, em grandes áreas, a verdade é que também em pequenos projectos do tipo de turismo rural há exemplo experimentado de grande qualidade, com um serviço personalizado, cuja procura é de uma faixa média/alta e alta do turismo, com a vantagem de atribuir a riqueza do turismo, directamente à população local.

Ora, não deve o Plano cercear a possibilidade de uma aposta neste tipo de turismo, em propriedades com a área de 5 hectares, numa estratégia global de reactivar a propriedade rural na actividade agrícola, tornando-a rentável, pela conjugação daquela com a actividade turística.

Não é só com a criação de reservas que se preserva o meio ambiente!

O abandono geral da agricultura, deveria ser fortemente contrariado, tornando atractivo «o regresso às origens» de jovens que dela fugiram, hoje urbanos, empregados por conta doutrem, sujeitos ao desemprego que uma actividade sazonal como é o turismo algarvio, sempre acarreta, com a consequente criação de novos pobres.

O exemplo do PROTAL em vigor, não é um bom exemplo pois continua a provocar o êxodo da população rural.

2

Temos um Algarve rural interior a desertificar assustadoramente.

Temos um Algarve rural litoral abandonado.

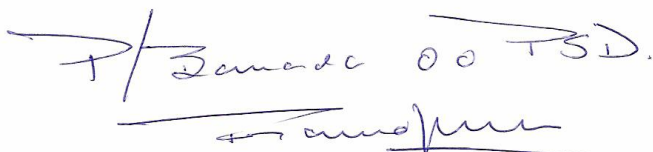
Ora, na génese do Algarve turístico, estiverem principalmente as belas praias, mas enriquecidas pela beleza de uma paisagem rural rica e bem tratada, com o cartaz emblemático agrícola, das amendoeiras em flor.

Caracterizando, o abandono das terras fez desaparecer esse Algarve e urge tomar medidas que possibilitem o seu ressurgimento, nos limites realistas das áreas de propriedade existentes e não vir tornar esses limites inacessíveis, ou torná-los acessíveis apenas por excepção.

De facto, tal como tem sido sucessivamente afirmado, constata-se uma forte e inexplicável divergência entre o modelo territorial proposto na versão do PROTAL agora em discussão e a constatação geográfica da atractividade turística na região. Tal facto parece indiciar uma estratégia de controlo do crescimento da actividade turística, que no caso de Albufeira se traduz na subalternização do concelho. Tal é, também, patente na redução das suas "Principais Funções Urbanas", de que se destaca a exclusão das funções de "Ensino e Investigação e Desenvolvimento" e a de "Logística e de Transportes".

Albufeira é, sem dúvida, uma centralidade na geografia da região, o que potencia um papel de relevo e de charneira entre as duas principais centralidades propostas no plano em discussão, em torno de Portimão e de Faro. Ao contrário do que é proposto neste plano, este papel de charneira que o Concelho de Albufeira representa é para ser valorizado e não subalternizado, como parece pretender-se, por exemplo, ao excluí-lo das funções de "Logística e Transportes", como já foi referido anteriormente.

Portanto esta Assembleia Municipal de Albufeira, discorda claramente da Proposta de PROTAL em discussão e subscreve a deliberação da Câmara Municipal de Albufeira, por também concordar com os motivos ali plasmados.


P/ Câmara do TSD.

É esta a nossa exposição, não é nossa intenção fazer uma exposição técnica porque consideramos que essa já foi feita, tentamos reunir pontos essenciais que consideramos graves. -----

Pedro Ferro - A bancada do Partido Socialista, embora reconhecendo que algumas questões de pormenor possam ter tido significado por terem sido tratadas no PROTAL, nomeadamente no que diz respeito ao posicionamento estratégico de Albufeira como centro regional, Albufeira não conseguiu conquistar essa posição, não a perdeu porque também não a tinha. Não a conseguiu conquistar, era positivo ter conquistado. Algumas questões, no que diz respeito aos equipamentos, nomeadamente à questão da logística e transportes, penso que deve haver um documento que chegou recentemente da CCDR que prevê a localização dos transportes para as Ferreiras. Penso que foi um grande feito, já depois dos últimos acordos. No que diz respeito à questão da desertificação de Paderne, há uma questão que é preciso referenciar, é que a desertificação não se combate com fogos de habitação, faz falta postos de trabalho. Ou seja, é mais importante desenvolver esses postos de trabalho na região do interior, do que propriamente a ocupação da área habitacional, se não, estamos a criar uma situação que é criar dormitórios na periferia para libertar o litoral da população residente, não é o que pretendemos aqui. O que pretendemos é o desenvolvimento territorial do interior na perspectiva do desenvolvimento económico e dignificação de postos de trabalho. Nessa perspectiva, quer a viabilização das cem camas e portanto da criação de núcleos de turismo específico e destinado a sectores especiais do turismo, quer a previsão do eixo viário Alte/Paderne/Silves, também estratégico para o desenvolvimento, penso que poderá beneficiar esta visão de desenvolvimento económico de Paderne numa perspectiva de turismo de interior e de outros sectores, nomeadamente para o combate à desertificação. Por estas razões e também porque consideramos que o PROT nas suas linhas gerais, quer no planeamento estratégico, quer na sua linha estrutural é um passo qualitativo e benéfico para o futuro da região, a actividade económico-social da região, consideramos que neste momento o PROT pese, embora algumas questões de pormenor que poderão ainda vir a ser melhoradas, antes pelo contrário, deve ser apoiado porque qualquer plano regional estratégico como este a não ser participado integrado e apoiado em outro desenvolvimento de implantação, depois através da liderança dos sectores económicos e sociais locais, põe em risco toda a parte estratégica ficar vazia e limitar-se a um plano, de facto, de condicionalismos. Não queremos um plano de condicionalismos, queremos um plano estratégico, consideramos que devemos participar e integrar este plano e apoiar o seu desenvolvimento enquanto proposta. Nesse sentido apresentamos a nossa proposta (doc.2). -----

PROPOSTA (B)
z

PROPOSTA

Ao fazermos uma análise da proposta de PROT Algarve, agora em discussão pública, e ao apreciarmos de um ponto de vista regional, como efectivamente deve ser apreciada, teremos necessariamente de a considerar como uma proposta positiva, com virtualidade e que poderá garantir na região do Algarve, para os próximos dez anos, uma política de ordenamento baseada na procura de um adequado equilíbrio das dimensões económico, social e ambiental.

Nos seus quatro grandes objectivos estratégicos:

- qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer;
- robustecer e qualificar a economia, promover actividades intensivas em conhecimento;
- promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;
- consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

A proposta do PROT Algarve, pese embora algumas discordâncias de pormenor que possamos ter pontualmente, desenvolve um conjunto de políticas estratégicas e de opções territoriais estruturantes, que entendemos como equilibradas e capazes de potenciar um futuro promissor para a região do Algarve.

Entendemos por isso, que interessa agora, mais do que contestar por questões de pormenor e de defesa de interesses individuais, participar num processo que deve ser colectivo e de âmbito regional.

Pelo que propomos que a proposta do PROT Algarve venha a ser aprovada.

Pela bancada do PS na Assembleia Municipal

Francisco Calhau - É para dizer que não concordamos, de todo, com a visão do problema da freguesia de Paderne. Um exemplo: consideramos que é precisamente ao contrário, ou seja, se não conseguimos lá fixar os jovens, não conseguimos arranjar postos de trabalho, não arranjamos iniciativa. O Algarve é uma região que nós podemos dinamizar e incentivar ao empreendedorismo. Existem dados concretos disso, basta ouvir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, que naturalmente irá confirmar ou não o que estou a dizer. Grande parte dos jovens de Paderne acabam por procurar residência nas freguesias à volta, não é porque essas freguesias lhes ofereçam emprego, mas sim oferecem-lhes outras condições de fixação. O problema que nós temos, poderá ser visto de uma forma complexa ou poderá ser visto de uma forma linear, como estou a dizer, mas não é de facto criando condições de emprego primeiro, que os jovens lá ficam, se não tiverem possibilidade de lá viver. Têm de criar, primeiro, condições para que eles possam residir ali para que a partir daí eles possam ser empreendedores, criando e desenvolvendo actividades. O facto, é que esta proposta vem agravar o conceito daquilo que nós consideramos os limites mínimos de uma propriedade para que uma pessoa possa construir a sua residência, passando de cinco hectares para, salvo erro, doze hectares. É mais do que o dobro significando que não queremos que ninguém construa naquela zona. Quem são os proprietários, hoje, na freguesia de Paderne que se podem gabar de ter uma propriedade de doze hectares? Se isto não é restritivo, então não sei o que é restritivo. Eu lembro-me muito bem, há uns anos atrás, no seio da universidade, ter feito parte de uma reunião em que se dizia que os objectivos estratégicos na altura, para o próximo PROT, passariam por levar o turismo ao interior, porque era importante fazer a ligação do turismo ao meio rural para que pudéssemos trazer aquilo que é uma mais valia da região e que eventualmente, segundo se dizia, poderia não estar a ser bem explorado e que tinha a ver com as nossa tradições, a nossa cultura, a nossa história, e actividades, podendo desta forma complementar aquilo que é designado pelo turismo de sol e praia. Se nós entendemos que com esta proposta vamos lá, eu acredito que não, e portanto vamos ver o que é que vai acontecer, por exemplo à freguesia de Paderne, se a proposta for para a frente. Eu refiro a freguesia de Paderne porque é aquela que no nosso concelho está mais longe do litoral. Já é mau que num concelho de dimensão tão pequena como o de Albufeira, nós consigamos falar de interior, isto já mostra que "raio" de plano nos vão apresentar. É evidente que não podemos de forma alguma, apoiar este plano regional e vemos o futuro com muita preocupação, caso vá para a frente. É um facto que há um documento na CCDR que parece já tomar em consideração esta questão da logística dos transportes, parece, não está garantido, vai ter em atenção. Mas não vai ter em atenção e como é que é possível que, um concelho que hoje está geograficamente no centro do Algarve, que recebe uma auto estrada, que faz a distribuição entre o sotavento e o barlavento, que é um motor do turismo, como é que pode ser possível que um plano destes se tenha esquecido de o considerar em termos de logística e transportes, ao criar duas centralidades, uma de cada. -----

Pedro Ferro - É só uma questão de esclarecimento, no que diz respeito ao documento

posterior. De facto, é um documento que já saiu depois do PROT estar a discussão, que se limita a fazer as rectificações já consideradas e aparece um quadro idêntico ao quadro que está no documento em discussão e informa todas as regras e a solução logística e transportes está considerada. No que diz respeito à questão que se estava a colocar, acho que é pouco para um plano estratégico de desenvolvimento social que se esta a discutir, a questão única de que a habitação dispersa se possa obter em doze hectares e não em cinco ou dois hectares. Acho pouco para aquilo que está em discussão, que é todo um desenvolvimento estratégico e projecção de uma nova visão para a economia e a questão social do Algarve. Quanto à questão da habitação dispersa na região de Paderne, foi aqui aprovada em tempos nesta Assembleia, um documento proposto pela Junta de Freguesia de Paderne, na qual se defendia que devia ser viabilizada a habitação dispersa em Paderne com uma área mínima de um hectare e meio. Essa foi a posição, que a comissão concelhia de Albufeira do Partido Socialista defendeu nos órgãos do Partido. Ela está na nossa proposta de campanha eleitoral e mantém-mo-la. Muito embora a área mínima, proposta no PROT, seja muito superior à que defendemos, e nos pareça desadequada com a estrutura fundiária, tal facto não nos parece justificativo para se por em causa todo o desenvolvimento de uma região. Os planos não são documentos fechados, pelo que vamos continuar a defender esta posição, que achamos mais adequada com a estrutura fundiária do concelho, nomeadamente na zona de Paderne que não admite outro tipo de ocupação de área dispersa. Quanto à desertificação, se formos analisar o PDM, aquilo que já está executado e o que está por executar, a freguesia de Paderne é a que tem menos área urbana por executar, é aquela que tem mais área urbana livre para ocupação. Não é ocupada porquê? É a questão da gestão urbanística, já falamos há bocado nisto. É a questão da gestão urbanística. É necessário vermos, se ela está mal distribuída, se ela tem de sofrer planos de pormenor, se ela tem de sofrer qualquer alteração, isso tem de ser feito. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne (Francisco Guerreiro) - Eu sou contra este PROT porque ele não satisfaz minimamente a freguesia de Paderne e eu estou aqui a defender a freguesia. Já fiz algumas exposições à Câmara, à CCDR, dizendo aquilo que nós, a Junta e a Assembleia, entendem que seria melhor para Paderne, para o seu desenvolvimento e nunca obtive resposta. É pena que nós, Presidentes de Junta, não tivessem em algumas reuniões do PROT, porque ninguém melhor sabe o que se passa, das necessidades, somos nós que convivemos diariamente com as pessoas e vimos as necessidades que elas têm. Com isto quero dizer que, Paderne cada vez fica mais isolado, cada vez mais desertificado. Paderne não tem uma zona de equipamento, o que ficou está mal distribuído. Penso que se deveria fazer alguma coisa relativamente a isto, não basta ter uma grande área em determinado sítio, porque as pessoas não se fixam. Eu tenho um filho que amanhã precisa de fazer uma casa, eu tenho de comprar uma série de terrenos para poder construir a casa. É Terrível! Acho que há qualquer coisa no meio disto que está mal. Como nós não temos uma zona de equipamentos, não temos nada, como é que fixamos lá os jovens? Não temos espaço para eles fazerem uma casa, não temos nada que lhes dê trabalho, como é que fixamos

lá os jovens? Isto só pode funcionar para as pessoas que têm poder e dinheiro, chegam lá, compram uma série de terrenos e têm o problema resolvido e os outros ficam na mesma, ou então têm de vir para um apartamento aqui em Albufeira ou noutro lado qualquer. Sou contra! Há anos atrás, desde que acompanho o plano, fiquei ciente de que numa versão como esta que está a decorrer agora, iria fazer uma abrangência ao interior, isto nada aconteceu, pelo contrário, prejudicou. Eu não concordo com este plano e vou votar contra. -----

Paulo Freitas - Gostaria de deixar aqui clara a minha opinião relativamente a esta questão. Quer da parte da Câmara Municipal, quer dos membros desta Assembleia Municipal, acho pouco credível que alguém esteja cem por cento contente com este PROT. Acho que isto não defende os interesses mínimos do concelho de Albufeira, ainda que tenhamos de ter em atenção que se trata de um plano de desenvolvimento regional, nós aqui somos eleitos pela população de Albufeira para defender os interesses de Albufeira, não de todo o Algarve, e não queremos que esse desenvolvimento não se faça à custa de Albufeira. A freguesia de Paderne tem vindo a ser prejudicada pela auto-estrada, virá a ser prejudicada pelos corredores da Linha de Alta Tensão, pela REN, pela RAN e depois, obviamente, que este PROTAL não tem como base a sustentabilidade do interior do concelho nem do Algarve no seu globo. O Algarve terá apenas dois pólos de desenvolvimentos sustentáveis, Faro e Portimão, e Albufeira que tem efectivamente aquela centralidade que é reconhecida por todos fica completamente esquecida. É por e em Albufeira que o tráfico e circulação de pessoas e mercadorias se distribuem, quem visita o Algarve passa obrigatoriamente por Albufeira em termos de circulação rodoviária e nós recebemos praticamente nada. Estamos convencidos que o desenvolvimento regional tem de ser sustentado, não à custa de ninguém, muito menos do concelho de Albufeira. Eu não acredito que haja alguém nesta Assembleia que defenda 100% este Plano e tive a oportunidade de analisar com todo o cuidado a posição da Câmara Municipal ao longo destes anos em defesa de um PROT sustentado, porque não houve uma posição egoísta por parte dos técnicos da Câmara Municipal em dizer "só para Albufeira", mas sim "Albufeira em conjugação com os demais pólos de desenvolvimento" e parece que este PROT esqueceu-se plenamente disto. A Câmara Municipal tentou defender um desenvolvimento sustentado com outras regiões do Algarve. Isto não foi aceite e daí a posição da Câmara Municipal, nomeadamente nestes termos da discussão pública, daí o cuidado dos membros desta Assembleia, nomeadamente o PSD tomar esta posição, para quem de direito tenha em atenção as necessidades de uma freguesia, de Paderne e que tenha em cuidado também as necessidades específicas de um concelho, de Albufeira, que tem as suas próprias especificidades e muito o Algarve lhe deve. -----

Adriano Ferrão - No seguimento daquilo que foi exposto aqui pela bancada do PSD, nomeadamente pensando em Paderne e pensando em cativar a juventude de Paderne para ali ficar a residir. A juventude precisa realmente do seu espaço, da sua casa, para desenvolver ali uma actividade laboral que seja satisfatória de modo que ali fiquem a residir. Quando eu penso em áreas, normalmente a minha concessão de áreas, muitas vezes o faço: um hectare são dois campos de futebol, cinco hectares são dez campos

de futebol, doze hectares são vinte e quatro campos de futebol. Propriedades destas custam a encontrar no concelho e só vejo que possam ser realizadas naquela freguesia por emparcelamento de outras pequenas propriedades, o que só serve o grande capital e custa-me a querer que o grande capital se interesse por o interior do concelho à priori e não venha fazer os seus investimentos onde é obviamente mais rentável, que é o litoral. Por isso, remete Paderne para o esquecimento, para a desertificação, porque nem esses capitais são investidos, nem essas propriedades desse tamanho vão estar ao dispor dos padernenses. Por isso, isto é excluir os padernenses da sua própria terra, o que eu acho um absurdo. Não posso estar de acordo com este PROT. -----

Francisco Calhau - Nós não queremos centralizar os pontos negativos relativamente a esta proposta. Referimos a freguesia de Paderne só por ser um exemplo gritante no nosso concelho daquilo que é uma proposta desequilibrada de plano regional. Mas mais coisas nos preocupam, naturalmente, algumas delas têm a ver com o facto de dar a sensação que se pretende controlar o crescimento turístico de Albufeira. É quase a ideia com que se fica quando se diz que se pretende harmonizar a oferta turística da região e encontra-se isso em alguns documentos da proposta do PROT. De uma forma disfarçada dá a sensação de que essa harmonia deve ser feita não pelo crescimento dos outros, mas pelo controlo daqueles que crescem depressa, que é o nosso caso. Porque Albufeira é atractivo, temos de controlar aquela área de actividade para que ou outros cresçam ao lado e é esta a visão que nos preocupa quando olhamos para aquele plano. E que os técnicos e o Presidente da Câmara várias vezes o referiram sem o dizerem abertamente, porque naturalmente não o podiam fazer. Mas nós podemos dizê-lo, estamos na nossa casa. Dá a sensação que se pretende controlar o crescimento turístico do concelho. Parece que o Algarve vai deixar de ser zona prioritária para os fundos comunitários, afinal vamos ter de viver de alguma coisa, porque o dinheiro não volta a entrar com a cadencia e a quantidade do passado, portanto vamos ter que arranjar actividades que nos dêem receitas. Se uma proposta PROT começa por querer controlar aqueles que crescem, aqueles que geram receitas, depois não sei onde é que vamos buscar receitas adicionais. Esta, parece-me ser uma leitura preocupante, e porquê? Porque se cresce, porque se pretende que os outros cresçam ao lado e para que os outros cresçam nós aqui não podemos crescer tanto, será essa a intenção? Era bom que se fizesse essa análise. Se nós olharmos para os documentos, dá a sensação que há domínio da actividade turística da região, e para se conseguir controlo daqueles que crescem depressa e não pelo crescimento dos outros. E há aqui sempre subjacente a ideia de controlar a questão do crescimento urbano, a questão da edificação dispersa. Eu acho que a edificação dispersa de que tanto se fala negativamente, tem contribuído fortemente para uma imagem turística do Algarve. Não tenho duvidas nenhuma, basta ouvir os turistas que vêm para Portugal, o que acham da paisagem do Algarve. Não estou a dizer que isso não traga alguns problemas, principalmente a nível de infraestruturas e redes de distribuição, mas não deve ser para restringir completamente. E algumas delas situam-se na freguesia de Paderne, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia há pouco referiu.

Pedro Ferro - Estamos satisfeitos por esta preocupação do Eng. Calhau no que diz

respeito à necessidade de fazermos face à seca dos fundos estruturais da CEE, da necessidade que temos de olhar à produtividade como forma de criar riqueza no Algarve, sem ser os fundos e subsídios e essa visão de que é necessário procurar outras perspectivas não só aquilo que existe actualmente, mas que também é preciso diversificar a actividade económica. Fico também satisfeito por esta vossa preocupação, repentina, por Paderne. Não haja dúvida que, segundo aquilo que tenho tido conhecimento pelo Sr. Presidente de Junta, neste momento há uma maior preocupação por parte do executivo camarário, nomeadamente ao que diz respeito aos seus recursos e necessidades. Esperamos contudo que rapidamente elas sejam uma realidade no referente ao plano de urbanização de Paderne, de forma a resolver o problema de gestão urbanística da freguesia de Paderne. No que diz respeito à habitação dispersa e saber a opinião no que diz respeito à paisagem rural, era bom conhecermos não só este tipo de avaliações, mas também outro tipo, nomeadamente a avaliação do PDM que está a ser executado. O que é que de facto está a ser executado e o que essa segunda habitação trás de mais valias para o concelho? O que trás de custos para o concelho, nomeadamente ao que diz respeito à obtenção de recursos? Quero só chamar a atenção que a segunda habitação, embora com uma ocupação de dois meses por ano, obriga a que lhe faça a manutenção todo o ano, das ruas, esgotos, águas, limpezas, electricidade, e tudo isto é pago pela factura da água gasta com acesso a contador. É igual para todos, quer para residentes que estão cá todo o ano, quer para aqueles que passam dois meses no ano. Estes custos devem ser avaliados, em algumas regiões do país esses custos têm sido avaliados e sido provado que a segunda habitação não é rentável. A segunda habitação não produz o desenvolvimento da economia do pequeno comércio e serviços, não produz turismo de equipamento de hotelaria. Era bom que avaliássemos também a avaliação que está a ser executada no novo PDM. -----

Francisco Calhau - Apenas para constatar que vejo com agrado a preocupação do Sr. Arquitecto sobre a questão dos malefícios da habitação dispersa, mas ela existe no nosso concelho desde o tempo de uma gestão que não é da responsabilidade do PSD, Hoje existe e temos de viver com ela. Nós continuamos a achar que temos que viver com ela, vendo a parte positiva dessa questão, se é a segunda habitação, se tem pouca utilização ou outros fins que não aqueles que se pensa, rentabilizando, o que nós temos que fazer é criar condições para que o concelho tire proveito desta mais valia, que é fixar as pessoas com muitos recursos financeiros, com nível de vida bom e que de certeza trarão vantagens para a nossa região. Acho que a fixação de turistas num determinado período sazonal, não é maléfico, nós temos é que saber tirar proveito desta fixação temporária. Não é só o turista que vem á procura do Inverno, que tem aqui a sua casa para passar um Inverno ameno cá. A maior parte dos turistas vêm, quer queiramos ou não, para essas habitações dispersas. Estou-me a lembrar do polémico prémio Nobel que vive no Algarve, no concelho ao lado, que dizia que até agradecia que a Câmara não lhe arranjasse a estrada porque queria estar sossegado no interior. Estas pessoas, que têm um nível de vida cultural, um nível de vida bom, muitas vezes têm formas de estar e viver diferentes. Isto por fundamentalismo, mas atrás deste

fundamentalismo está uma coisa interessante que é a procura do sossego e nós temos de saber tirar proveito disto. A habitação dispersa não foi o PSD que a gerou, mas temos de saber viver com ela, para tirar proveito daquilo que ela tem de bom, agora e no próximo plano, e o que não está a acontecer é isso, precisamente. -----

Pedro Ferro - Eu não contrariei a segunda habitação, eu só relatei os prós e os contras. E quanto à habitação dispersa, há pouco disse que defendia a habitação dispersa no interior. -----

Paulo Freitas - Isto quase que dava uma retrospectiva, quando nós estávamos a discutir as Grandes Opções do Plano. É que se algum executivo alguma vez teve preocupação com a freguesia de Paderne foi este e o anterior, continua a ser o mesmo Presidente de Câmara. Aldeias Típicas: quem é que as projectou, quem cuidou, quem tutelou, quem apoiou? Pavilhão Polidesportivo de Paderne: quem fez, quem projectou, quem executou, quem concluiu? Quem tentou fixar a escola profissional na freguesia de Paderne? Quem projectou, executou e concluiu a escola em Paderne? Os padernenses não são uns coitados, como se quer aqui fazer crer, são pessoas que têm direito ao seu desenvolvimento e que esse desenvolvimento em si é extremamente defendido por parte do executivo, mas não é isso que está aqui em questão, está aqui em questão uma tipologia de desenvolvimento que pelos vistos a aqui uma certa dissonância entre aquilo que se propõe. E esta preocupação repentina pela freguesia de Paderne devia estar sustentada ao longo destes tempos e não de hoje em diante. É isso que nós vamos ter algum cuidado nesta Assembleia Municipal. E Paderne tem especificidades muito próprias, como a aldeia típica que é não queremos uma massificação absurda na freguesia, obviamente tem as suas limitações em termos condicionantes de PDM e do PROTAL anterior, obviamente queremos que isso seja reavaliado e projectado um desenvolvimento sustentado na freguesia de Paderne. Agora, devemos ter essa preocupação ao longo dos tempos e não de hoje, de uma discussão do PROTAL e de uma circunstância que estamos aqui a discutir. Há pouco o Sr. Arquitecto referiu, "estamos aqui a discutir a economia e o desenvolvimento da região do Algarve" e depois pendemos para a região de Paderne. Se calhar se contasse pelos dedos de uma mão as propriedades de uma só pessoa, com cinco hectares é capaz de não encontrar muitas. A edificação dispersa é uma metodologia de desenvolvimento e que Paderne absorveu, bem ou mal, ao longo dos tempos e que tem as suas especificidades. Este executivo e esta Assembleia Municipal, têm tido algum cuidado em tentar criar o desenvolvimento de Paderne que já foi alvo de diversas discussões nesta Assembleia dentro daquilo que é possível no PDM, porque a Câmara Municipal não pode obrigar os particulares, titulares das propriedades, a executar obra, a não ser que faça expropriações. O que se trata é, tentar criar os mecanismos para um desenvolvimento sustentado e isto em bom da verdade, eu creio que ninguém possa apontar o dedo ao executivo. E não se pode criar em abono da defesa de um PROTAL, sabe-se porque razões, a defesa deste mecanismo para o desenvolvimento do concelho de Albufeira, tal como está lá sustentado e muito menos para a freguesia de Paderne. Esta preocupação repentina, ou algum peso em termos de tomada de posição é reflectida relativamente a isto. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne (Francisco Guerreiro) - Sou obrigado a dizer mais alguma coisa. Eu acho que se deve dizer a verdade e não abordarmos coisas que não são propriamente verdadeiras. Eu sempre tive vontade de louvar os executivos quando eles fazem algum trabalho quer seja para Paderne ou em qualquer outra freguesia. O meu amigo Doutor não está bem informado, se tivesse não fazia essa abordagem. O projecto da Aldeia Típica, era o nosso Presidente, Vereador, quando eu agarrei esse projecto, ainda bem que a Câmara Municipal e este executivo deu continuidade dos projectos para Paderne. Já me conhecem muito bem e sabem que quando tenho de dizer as coisas, digo-as e com frontalidade. E para se ver a verdade dos factos, quando se faz um investimento e tem-se feito, como o Centro Comunitário, também posso dizer que fui um dos autores desse projecto, quando se produz esses equipamentos e depois aparece um PROT deste género, que não dá oportunidades das pessoas se fixarem, só há uma solução, é ir buscar "cósovares" e outros mais. Também vai avançar o Museu que trará mais emprego. Quando se gasta dinheiro, quando se faz investimento e depois não há contrapartida de fixação de pessoas, que acalmava. Eu já ando aqui desde 1989 e o pouco que se fez e o pouco que se desenvolveu Paderne, é verdade e toda a gente o sabe, eu sempre tive o reconhecimento de dizer qual o executivo que deu continuidade a obras o projectos para Paderne e espero que não fiquemos por aqui, haja mais obras, mais investimento. Como disse há pouco, já estou "forro", é uma palavra algarvia, mas é verdade. Não é por mim que estou empenhado, mas sim para estes jovens, também tenho um filho, é por isto que me debato e digo que este PROT é uma aberração. E eu apenas estou a falar de Paderne e não das outras freguesias. Portanto, é bom que os executivos, seja este ou outro, veja Paderne como tem visto nestes últimos anos. É isto que tenho a dizer. -----

Adriano Ferrão - Pegando nas palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, realmente também temos que olhar para as outras freguesias, não é só o caso de Paderne. Essa condição e essa penalização que o PROT pode trazer para Paderne, é uma evidência, mas também as outras freguesias, Guia, Olhos d'Água, Ferreiras, que têm um composto urbano e agrícola, vão sofrer das mesmas condições e limitações. Nós insistimos que existe uma franja do litoral, quer nos Olhos d'Água, quer na Guia, procurada pelos turistas, nomeadamente pela comunidade estrangeira, mas temos vindo a notar que, a pouco e pouco essa comunidade estrangeira, se retira do imediatamente litoral, para uma zona transitória, um pouco mais recuada, onde a tal habitação dispersa existe, onde as pessoas fazem prevalecer o seu sossego, onde se sentem tranquilas, onde vêm passar já momentos da sua reforma e lazer. Também se vê uma procura pelas pequenas terras onde exista uma ruína, para poderem edificar. Essas são as procuras intensas que vemos nas Imobiliárias. E o que se nota depois, é que não havendo terrenos com estas dimensões, as únicas edificações e negócios que possam evoluir nessas zonas, são também para os grandes grupos económicos, novamente, porque são os únicos que vão ter dinheiro, ao preço que estão os terrenos que estou a falar, para os comprar e desenvolver projecto. Mais uma vez é de uma maneira afastada das populações que ali residem e de onde são naturais. Não vejo que isso contribua, mais uma vez, já que esses grupos económicos normalmente levam o

dinheiro daqui para fora, não o trazem para benefício próprio e directo deste concelho, que mais isso venha beneficiar as populações ali residentes. -----

Fernando Neves - é para reafirmar o que já disse aqui há oito dias atrás. Apesar de estar de acordo com algumas situações do PROT, outras não estou. Na sua globalidade estamos contra e se tivesse de votar, seria voto contra. -----

Presidente da Câmara Municipal - Boa noite. Gostava de dizer algumas coisas, porque ando a discutir este PROT desde 2002. Este PROT tem sido um enrolo desde a primeira hora. Já mudou de gestor e de técnicos. Tem sido uma série de documentos, uns atrás de outros, até que se produziu um documento de que agora está em discussão pública. A Câmara Municipal de Albufeira produziu dezoito documentos, todos eles sustentados, que os membros da Assembleia Municipal tiveram acesso, até porque em determinado momento foram remetidos aos líderes de bancada e enviados aos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia. Destes dezoito documentos, houve oito deliberações de Câmara com as quais a Câmara concordou totalmente, sete foram por unanimidade e um com uma abstenção. Estamos a falar de três, quatro anos de discussão e preocupações na defesa dos interesses do concelho de Albufeira. Nós, independentemente de termos uma visão regional e entendermos cada vez mais que faz sentido aquilo que é a inter municipalidade e aquilo que é o interesse da região, mas obviamente que somos eleitos para defender o nosso concelho em primeira instância e depois a interligação com os outros concelhos da região, e o que nós fizemos foi exactamente isso, produzir documentos que chamassem á atenção aqueles que disseram no primeiro documento que Albufeira era um concelho de charneira, um concelho estratégico, um concelho importante, um concelho que em 2030 tinha cento e vinte mil habitante. É um concelho que tem produzido uma riqueza extraordinária para o Algarve e para o país, como o Eng. Calhau referenciou, é um concelho que tem 40% das dormidas, 40% de equipamento hoteleiro em relação à região, portanto, Albufeira entra, com todos os efeitos, como uma potencia na região. Cai aqui a auto estrada, a Via do Infante, a Linha do comboio, então é o local ideal para colocar nas Ferreiras uma logística de passageiros que faça daqui toda a ligação, quer para o sotavento, quer para o barlavento, até porque a plataforma logística de Tunes, em termos de mercadorias está também instituída desde há muito tempo e portanto, faz todo o sentido essa ligação ser em Albufeira passageiros e Tunes mercadorias. Parece-me que esse enquadramento é perfeito. Enquadramos outra questão que é, se Albufeira tem essa importância toda, o modelo territorial do Algarve está completamente errado em fazer no policentrismo, querer ligar Faro a Olhão e Faro/Loulé, criando cidades de média dimensões, de cento cinquenta mil habitantes, a competir com Huelva, por exemplo, e depois querem ligar Lagos a Portimão e Lagoa e aí centralizar os equipamentos de grandes pólos urbanos, onde Albufeira tem essas potencialidades todas. Como o Eng. Calhau já referiu, há aqui uma tentativa de destabilizar Albufeira. A fama que Albufeira criou nos últimos vinte, trinta anos foi de uma evolução urbanística muito grande, desordenada, portanto agora, tem de se travar Albufeira. Mas ao travar Albufeira, travasse todo o Algarve, faz-se uma delimitação por os quinhentos metros, por uma linha direita, como se o Algarve fosse todo igual, a dois

quilómetros do mar e diz-se que nesses dois quilómetros vamos preservar o território, só podemos fazer hotéis. E nós dizemos, pode-se fazer hotéis, aldeamentos turísticos, centros de geriatria, lares da 3ª Idade, equipamentos desportivos, uma série de equipamentos de apoio à hotelaria, mas também dizemos que nas zonas urbanas e de edificação dispersa que estão consolidadas e, onde houver infraestruturas que possam servir as edificações dispersas, nós defendemos isso, porque querer acabar com as edificações dispersas, com as ponderosas, é obviamente contribuir para que muitas das zonas do Algarve, nomeadamente na zona acima da EN125 se possa restringir ao máximo e continuar a desertificação. Não só estamos a falar de Paderne, também da Guia, que tem um problema a Norte à EN125 e a Sul, os dois quilómetros. Olhos d'Água tem um problema a Sul, que são dois quilómetros. Albufeira, obviamente que, fora das zonas urbanas tem também problemas. Aquela tira da Guia sofre menos porque tem a malha urbana de Ferreiras, mas fica naquela faixa entre Ferreiras e Paderne que é complicado. Ou seja, este PROT não é bom. Algumas exigências que fizemos, conseguimos, por exemplo as cem camas para Paderne que foi uma luta complicada. Fizemos assim: manifestamos a discordância face a esta proposta que está em discussão pública, que poderá até merecer a concordância da Câmara se introduzirmos algumas alterações, que foram propostas em sede de concertação social, aceites e não foram consideradas no documento. A revisão do posicionamento do concelho no modelo territorial porque entendemos que Albufeira não pode ficar penalizado e, a atribuição de funções de ensino, investigação, desenvolvimento, logística de transportes e industria, aquilo que é da portificação de todas as pedreiras do Escarpão. Tinha mais uma série de pontos que enquadrámos e achamos ser importantes. Ao termos estes documentos aprovados por unanimidade dos dois executivos desde 2002/2003 e que chegaram à CCDR, este último foi da Reunião de Câmara do dia sete de Novembro, ao chegar lá toda esta documentação, quando nós em sede de discussão pública exigimos que ainda sejam feitas correcções, correcções essas que no âmbito da comissão de acompanhamento em Faro, há poucos dias, ficou ainda a possibilidade de enquadrar várias das hipóteses porque constam nos documentos que estão a chegar até ao dia trinta. Se terem em conta todas essas questões e a Câmara Municipal de Albufeira já manifestou as suas discordâncias face ao modelo, nomeadamente à história dos doze hectares, porque é só a possibilidade de se comprar vários hectares de terreno e poderem vir aprovados de Lisboa. Portanto, este PROT não serve o concelho de Albufeira. Esta é a minha opinião, é aquilo que tenho defendido. Ele pode vir a ser melhorado e corrigido, mas se não houver aqui uma exigência em relação a questões que foram levantadas agora e que ainda estão em sede de discussão pública, como por exemplo saber se a questão da logística fica lá definida, como na faixa dos quinhentos ou dois mil metros, as unidades de saúde, a geriatria, recuperação de equipamentos de protecção, apoio social, turismo desportivo e cultural, programas de inscrição em investimentos do pólo universitário, novas tecnologias, manter em aberto a criação da estação de linha de alta velocidade que possa servir o Algarve em lugar de vir directamente para Faro, porque Albufeira é um concelho onde os comboios que vão para Lisboa encham e ficam vazios quando vêm de Lisboa. Esta é

uma realidade e, se estamos aqui a dizer que concordamos com um PROT que não serve o concelho de Albufeira, não serve as freguesias do concelho, acho que é má opção, independentemente das questões de estratégia, de planeamento, de divisão de futuro, há aqui questões que são do terreno, como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia Paderne, em que as pessoas não percebem as divisões de estratégia, nem as divisões de futuro, se não estiverem as condições mínimas para poderem ter acesso a um lugar de terra. Isto vai ter consequências complicadas, vão aumentar a pressão sob os terrenos que ficam urbanizáveis, onde disparam num valor incalculável. Tudo isto vai se concretizar só na valorização daqueles que têm capacidade e daqueles que têm dinheiro para esses investimentos e aquisições. Este PROT, no meu entender, foi muito bem trabalhado pela Câmara Municipal em termos técnicos, acompanhado politicamente em todas as questões e foi feito com o objectivo de defender o concelho de Albufeira em todas as instancias, portanto, eu sugeria que a Assembleia Municipal, acompanhasse a posição da Câmara Municipal porque reforçava em termos de discussão pública um documento que não é exigente. Acho que até ao dia trinta, havia condições para que este documento sofresse alterações, ainda muito positivas. Estes são os pontos que gostaria de tratar, sem andar em análises de quem fez e quem não fez, acho que isso agora não interessa. Estamos a discutir um documento que é estratégico, é importante, nós todos achamos que as freguesias têm de ter o respeito e investimento por parte dos executivos, sejam eles quais forem, nós estamos a falar de um executivo que procura investir em função das prioridades. Obviamente que Paderne foi prejudicado, houve gente que prometeu "mundos e fundos" para Paderne e não foi assumido, muitos sabem de que situação estou a falar, espero que ainda assumam essas responsabilidades. Estamos a falar de um documento que pode ser muito estratégico, mas em preservação de espaço não possa ser de forma a prejudicar as pessoas e este PROT não as defende, aponta para a desertificação e cria só condições para os grandes investidores, porque ao criar os núcleos de desenvolvimento económico, ao criar os núcleos de desenvolvimento turístico, considerar que os grandes hectares trás grandes investimentos, obviamente que, os que recebem dois ou três ordenados mínimos e que são de classe média baixa ficam incapacitados de ter alguma intervenção no restante terreno que fica em termos primitivos. São estas algumas das sugestões do que tem sido este trabalho todo e continuar em dizer-vos que este documento foi discutido oito vezes na Câmara Municipal, foram dados documentos antes para serem apresentadas sugestões e propostas, nunca foi apresentada nenhuma alteração ao documento, foram todas aprovadas por unanimidade, excepto a última que teve uma abstenção. -----

Francisco Calhau - Começo pela parte que me parece mais importante. O Sr. Presidente da Câmara acabou de sugerir que seria importante obtermos uma posição de consenso, em torno do executivo, para lhe dar força, e desta forma pressionar a CCDDR no sentido de ir ao encontro das nossas preocupações. O PSD, naturalmente que vai apoiar o executivo nessa sua luta, depreendendo que o representante da CDU irá votar contra, O SR. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne também já manifestou a sua vontade de votar contra. Era útil que, em nosso entender, se pudesse ir um bocado

mais longe e tentar tomar também como suas as preocupações do executivo da Câmara Municipal, tanto mais que houve unanimidade, salvo uma abstenção, às tomadas de posição do executivo. E gostaríamos de saber também, em conclusão, qual a posição do partido Socialista relativamente a esta questão, que nos parece bastante importante, para poder provar, como o Sr. Presidente da Câmara disse, que temos uma posição comum de defesa dos interesses do concelho. E que caso a segunda força política não queira estar connosco, iremos ficar numa situação enfraquecida à partida. Naturalmente iremos chorar todos quando um dia mais tarde tivermos de fazer um Plano Director Municipal, que não será aquele que gostaríamos porque o PROTAL não é de certeza aquele que nós queremos. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Dirigiu uma pergunta? -----

Francisco Calhau - Saber se as outras forças estão dispostas a seguir uma linha de pressão, apoiando o executivo camarário na precursão dessa luta. -----

Presidente da Câmara - Eu sei que todos têm o documento. A Câmara Municipal manifestou discordância face à proposta em discussão pública, mas não fechou as portas, até porque diz que só merecerá concordância caso sejam introduzidas alterações. Alterações essas que são no sentido de reforçar as exigências que foram feitas ao longo desses anos e portanto, é isso que é preciso ter em conta. Ao discordar disto é, obviamente concordar com os documentos que lá estão, excepto essas exigências. Não tenho dúvidas nenhuma, a leitura que faço é esta. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Não há mais intervenções. Tenho aqui duas propostas, tomada de posição da bancada do PSD que denominei como proposta A e outra pela bancada do PS que denominei como proposta B. A proposta B menciona que a proposta actual do PROT deve ser aprovada e a proposta A, não diz que não deve ser aprovada e implica certas discordâncias ou propostas de alteração a ser introduzidas. Não acho que sejam propostas absolutamente contrária, irei coloca-las a votação sucessivamente. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA A - apresentada pela bancada do PSD -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Fernando Cabrita, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, e Fernando Neves -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Marcos Bila, José Cabrita, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não se encontrava na sala um membro, Ana Patrício. -----

PROPOSTA B - apresentada pela bancada do PS -----

Votos contra: dezasseis (16) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, José Vila Nova, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, -----

Marcos Bila, José Cabrita e Fernando Neves. -----

Abstenções: dois (02) Fernando Gregório e Francisco Guerreiro -----

Votos a favor: quatro (04) Fernando Cabrita, Euridice Vieira, Francisco Oliveira e Pedro Ferro. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Não se encontrava na sala um membro, Ana Patrício. -----

Fernando Neves - A nossa votação, é só no sentido de não abranger um todo. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, cerca das 23:10 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de Novembro de 2006 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

